

Petróleo, Soberania e Geopolítica

Luiza Peruffo, Matheus Anlauf Meneghini, Cloviomar Cararine Pereira, Iago Montalvão, Debora Garcia Gaspar, Carlos Eduardo Frickmann Young, Maria Luiza Falcão Silva, Eduardo Sá Barreto e Gilberto Maringoni tratam da importância estratégica do petróleo, interesses de Washington, sistema dos petrodólares, papel da Petrobras, impactos das privatizações e desinvestimentos no Brasil, esforços nacionais para o aumento de estoques e geração interna, transição energética, planejamento da soberania em energia, fim da Era do Petróleo e setor petrolífero da Venezuela.

*Marcela Soares escreve para a série
“Atualizando o debate sobre dependência econômica”*



Petróleo, Soberania e Geopolítica

■ O petróleo – sempre ele! – voltou a ser o centro das atenções nos debates sobre geopolítica, economia e soberania.

Luiza Peruffo e Matheus Anlauf Meneghini, da Ufrgs, defendem que a importância estratégica do petróleo para Washington não se limita ao acesso aos recursos físicos, mas envolve também a preservação do sistema do petrodólar e a consequente hegemonia mundial da sua moeda.

Cloviomar Cararine Pereira, do Dieese, aponta que o ciclo de desinvestimento, desestatização e submissão da política energética aos interesses do mercado financeiro retirou do Estado brasileiro a capacidade de ação em momentos de crise.

Iago Montalvão, da Unicamp, ressalta a importância da Petrobras para a soberania e transição energéticas do país. Mas a venda de refinarias e subsidiárias enfraqueceu a capacidade da empresa de amortecer choques externos.

Debora Garcia Gaspar, da UFRJ, destaca que o choque de oferta de combustíveis levou os países a investirem em estoques e reservas, diversificarem fornecedores e estimularem indústrias nacionais de geração e é uma das causas das guerras econômicas.

Carlos Eduardo Frickmann Young, da UFRJ, afirma que quanto mais instável se torna a geopolítica do petróleo, mais racional é o investimento em fontes renováveis domésticas. A transição energética tornou-se uma questão de segurança nacional, estabilidade macroeconômica e soberania.

Maria Luiza Falcão Silva, da UnB, alerta que países que não planejam o futuro energético se subordinam às turbulências. Vamos continuar só reagindo às crises externas ou construir uma estratégia para soberania energética, reindustrialização, transição ecológica e capacidade tecnológica?

Eduardo Sá Barreto, da UFF, argumenta que a transição energética nada mais é do que o empilhamento de novas fontes sobre as antigas. A Era do Petróleo acabará em prazo relativamente curto, por colapso societário ou ecológico.

Gilberto Maringoni, da UFABC, avalia que a agressão dos EUA contra a Venezuela tem como pano de fundo a manutenção da exclusividade do petrodólar no mundo, peça-chave da hegemonia global estadunidense.

Na série “Atualizando o debate sobre dependência econômica”, publicamos o artigo de Marcela Soares.

Sumário

Petróleo, dólar e poder	3
<i>Matheus Anlauf Meneghini e Luiza Peruffo</i>	
Os desafios para a soberania energética brasileira em momentos de instabilidade geopolítica	5
<i>Cloviomar Cararine Pereira</i>	
A importância da Petrobras para a soberania e transição energética	7
<i>Iago Montalvão</i>	
A guerra do Irã, o petróleo e o dólar	9
<i>Debora Garcia Gaspar</i>	
Pra lá de Teerã: crise do petróleo e transição energética	11
<i>Carlos Eduardo Frickmann Young</i>	
A crise energética está só começando	13
<i>Maria Luiza Falcão Silva</i>	
Chicxulub XXI	16
<i>Eduardo Sá Barreto</i>	
Venezuela, invasão, petróleo e dólar	18
<i>Gilberto Maringoni</i>	
Alguns apontamentos sobre as opressões e a superexploração da força de trabalho brasileira	21
<i>Marcela Soares</i>	

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioavivo.html e www.programafaixalivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Jornal dos ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Antônio dos Santos Magalhães, Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes, Anderson Carlos Nogueira Oriente e Fernando D'Angelo Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico, diagramação e ilustração:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Revisão:** Bruna Gama. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** Luis Gustavo Vieira Martins. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2026-2028) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2024-2026) Antônio dos Santos Magalhães, Fernando D'Angelo Machado, Luis Gustavo Vieira Martins - 3º TERÇO: (2025-2027) José Antonio Lutterbach Soares, Antonio José Alves Junior, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2026-2028) Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2024-2026) Juliana Duffles Donato Moreira, Gilberto Caputo Santos, Flávia Vinhaes Santos - 3º TERÇO: (2025-2027) Anderson Carlos Nogueira Oriente, Mauro Osório da Silva, José Ricardo de Moraes Lopes.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato - 2025 a 2028

Coordenação de Relações Institucionais: Wellington Leonardo da Silva (Coordenador geral), Sidney Pascounto da Rocha.

Coordenação de Relações Sindicais: Fernando D'Angelo Machado, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, João Manoel Gonçalves Barbosa, Gilberto Caputo Santos.

Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças: Antonio dos Santos Magalhães, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach Soares.

Conselho Fiscal: Maria da Glória Vasconcellos T. Lacerda, André Luiz Silva de Souza, Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Petróleo, dólar e poder

Matheus Anlauf Meneghini*
Luiza Peruffo**

■ Em 28 de fevereiro de 2026, os ataques coordenados de Estados Unidos e Israel ao Irã deram início à atual guerra na região do Oriente Médio. A resposta iraniana de fechamento do Estreito de Ormuz e de ataque à infraestrutura militar e energética de países do Golfo impactou fortemente os preços de duas das principais commodities energéticas: o petróleo e o gás natural. Fatih Birol, diretor-executivo da Agência Internacional de Energia, afirmou que a crise energética desencadeada pela guerra equivale, em magnitude, à soma dos dois choques do petróleo da década de 1970 e dos impactos da invasão russa à Ucrânia em 2022.¹ Ao atingir um dos principais gargalos do transporte marítimo mundial, responsável por mais de 20% do petróleo comercializado globalmente, o conflito elevou a cotação do Brent de menos de US\$ 70 para mais de US\$ 100 por barril, reduziu drasticamente o fluxo de embarcações e ampliou a volatilidade dos mercados de energia.

A principal diferença entre os choques do petróleo dos anos 1970 e a crise atual reside menos na relevância estratégica do Oriente Médio do que na profunda transformação das condições globais de oferta de petróleo. Embora a concentração da produção no Golfo Pérsico e a dependência do Estreito de Ormuz para o escoamento de parcela significativa do petróleo mundial continuem conferindo elevada sensibilidade geopolítica à região, a estrutura da oferta energética global mudou substancialmente nas últimas décadas. Em particular, a vulnerabilidade dos Estados Unidos, associada à dependência externa de petróleo, é hoje significativamente menor. Nos anos 1970, os Estados Unidos enfrentavam estagnação da produção doméstica: após atingir seu pico histórico em 1970, a extração de petróleo entrou em declínio prolongado, retomando uma trajetória consistente de expansão apenas a partir da década de 2010.²

O choque inflacionário que impactou os Estados Unidos na década de 1970, em grande medida decorrente da elevação dos preços da energia, produziu forte instabilidade econômica e política. Combinada ao declínio da produção doméstica de petróleo, essa crescente dependência das importações transformou a segurança energética em uma questão estratégica para os Estados Unidos. A partir desse contexto, consolidaram-se políticas que moldariam tanto a atuação estadunidense na região do Golfo Pérsico, justificando uma presença militar cada vez mais intensa na região, quanto os esforços para ampliar a produção doméstica por meio da prospecção de novas reservas e do desenvolvimento de tecnologias de extração. Meio século depois, os resultados dessa estratégia tornaram-se evidentes: impulsionados pelas revoluções do shale oil e do shale gas, os Estados Unidos consolidaram-se como os maiores produtores mundiais de petróleo e gás a partir de 2018. Assim, diferentemente dos episódios de 1973 e 1979, a crise atual ocorre em um contexto no qual a principal potência mundial dispõe de capacidade de oferta energética muito superior à existente durante as grandes crises do petróleo do século XX.

No entanto, se a busca por segurança energética ajuda a explicar a aproximação coercitiva dos Estados Unidos em relação às regiões petrolíferas durante o período de declínio de sua produção doméstica, ela é insuficiente para compreender o contexto atual. Afinal, por que a maior potência produtora de petróleo do planeta continua demonstrando interesse direto sobre as reservas de países como Irã e Venezuela? As frequentes ameaças de controle dos recursos energéticos iranianos e as iniciativas de pressão econômica e militar contra Caracas sugerem que o valor estratégico do petróleo para Washington transcende a simples garantia de abastecimento doméstico. Essas ações, que podem parecer contraintuitivas diante da atual posição dos Estados Unidos como maior produtor mundial de pe-



Luiza Peruffo



Matheus Anlauf Meneghini





tróleo, indicam que a importância estratégica do petróleo para Washington ultrapassa a questão do abastecimento energético, relacionando-se também à preservação dos mecanismos que conectam os mercados internacionais de energia à predominância do dólar como moeda global.

Atualmente, o dólar está presente em 89,2% do volume negociado nos mercados cambiais globais (OTC Turnover)³ e compõe cerca de 60% das reservas internacionais dos bancos centrais, sendo a principal moeda no sistema monetário e financeiro internacional. A literatura especializada ressalta a estreita relação entre a centralidade internacional da moeda estadunidense e a precificação e comercialização das commodities energéticas em dólares nos mercados internacionais. Segundo Helen Thompson⁴, a capacidade de influenciar politicamente os fluxos globais de petróleo e as formas pelas quais suas transações são realizadas contribuem para sustentar a demanda internacional por dólares, tornando a moeda estadunidense um ativo indispensável para a segurança energética de inúmeros países. De maneira complementar, Natália Bracarense e Irène Berthonet⁵ argumentam que a consolidação do sistema do petrodólar constituiu um dos principais mecanismos de sustentação da relevância internacional do dólar após o colapso do Sistema de Bretton Woods. Nesse contexto, o expressivo volume financeiro movimentado pelo mercado petrolífero e sua centralidade para o funcionamento da economia global conferem uma base material à hegemonia monetária dos Estados Unidos. Assim, a importância estratégica do petróleo para Washington não se limita ao acesso físico aos recursos energéticos ou à estabilidade de sua oferta, mas envolve também a preservação dos mecanismos que asseguram a denominação dessas transações em dólares e, conseqüentemente, a reprodução da posição privilegiada da moeda dos Estados Unidos na economia mundial.

A centralidade dessa discussão é ampliada pelas mudanças estruturais em curso na economia internacional, especialmente pelo avanço da China como potência econômica

e pelos desafios que esse processo impõe à hegemonia do dólar. Em paridade do poder de compra, a economia chinesa já supera a dos Estados Unidos, após décadas de crescimento acelerado. Além disso, a competição sino-americana abrange setores tecnológicos estratégicos como inteligência artificial, robótica, semicondutores, energias renováveis e veículos elétricos. Ao mesmo tempo, a China tornou-se um dos principais protagonistas da transição energética global. Essas mudanças possuem implicações que transcendem a esfera produtiva, uma vez que tendem a alterar os padrões globais de demanda por energia e, potencialmente, a própria geopolítica do petróleo.

A posição chinesa nesse processo é reforçada por sua liderança nas cadeias produtivas ligadas à transição energética. O país é o maior consumidor mundial de energias renováveis em termos absolutos e lidera as principais cadeias produtivas associadas a essas tecnologias. No setor solar, por exemplo, responde por mais de 90% da capacidade global de fornecimento de componentes da cadeia produtiva,⁶ enquanto as exportações relacionadas às novas tecnologias energéticas representaram cerca de 5% de suas exportações totais em 2024.⁷ Além disso, a China exerce papel dominante no mercado das terras raras, participando de mais da metade da extração mundial desses minerais e concentrando até 90% da capacidade de refino de alguns deles. Trata-se de insumos estratégicos para setores como semicondutores, energias renováveis, veículos elétricos e a indústria aeroespacial. Nesse contexto, a expansão global dessas tecnologias tende a ampliar a influência econômica e tecnológica chinesa, uma vez que boa parte dessas cadeias produtivas permanece concentrada no país. Mesmo assim, a China permanece como um dos maiores consumidores de petróleo do mundo e tem aprofundado sua presença no Golfo Pérsico, fortalecendo relações tanto com as monarquias árabes quanto com o Irã, do qual se tornou o principal comprador de petróleo.⁸

Portanto, a disputa geopolítica desencadeada pela guerra entre Estados Unidos e Israel contra o Irã não pode ser dissociada

das transformações em curso na economia mundial, especialmente da ascensão chinesa. A manutenção da hegemonia estadunidense depende não apenas de seu poder econômico e militar, mas também da preservação das instituições que sustentam a centralidade internacional do dólar, entre as quais o sistema do petrodólar ocupa posição estratégica. Nesse contexto, o petróleo permanece não apenas uma fonte de energia, mas um dos pilares da ordem monetária internacional liderada pelos Estados Unidos e um elemento central da competição hegemônica com a China.

* É mestre em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e analista de pricing na Essor Seguros S.A.

** É PhD pela Universidade de Cambridge e professora no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1 THE GUARDIAN. *Iran war energy crisis equal to 70s twin oil shocks and fallout from Ukraine war, says IEA chief. The Guardian*, 23 de março de 2026. Acesso em: 28 maio 2026.

2 U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). *U.S. Field Production of Crude Oil (Thousand Barrels per Day)*. Washington, D.C.: EIA. Disponível em: <https://www.eia.gov/petroleum/data.php>. Acesso em: 28 maio 2026.

3 BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS (BIS). *BIS Quarterly Review, December 2025*. Basel: BIS, 2025. Disponível em: <https://www.bis.org/>. Acesso em: 28 maio 2026.

4 THOMPSON, H. *Disorder: Hard Times in the 21st Century*. Oxford: Oxford University Press, 2022.

5 Bracarense, N. and Berthonnet, I., 2024. *From Petrodollar to Energy-Yuan: Currency Internationalization in the Light of Original Institutional Economics*. *Journal of Economic Issues*, 58(1), pp.112-135.

6 TRANSNATIONAL INSTITUTE (TNI). *The "new Darwinian world" of the energy transition*. Amsterdam: TNI, 2025. Disponível em: <https://www.tni.org/en/article/the-new-darwinian-world-of-the-energy-transition>. Acesso em: 28 maio 2026.

7 INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). *World Energy Outlook 2025*. Paris: IEA, 2025. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2025>. Acesso em: 28 maio 2026.

8 U.S.-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION. *China-Iran Fact Sheet: A Short Primer on the Relationship*. Washington, D.C., 2025. Disponível em: <https://www.uscc.gov/research/china-iran-fact-sheet-short-primer-relationship>. Acesso em: 28 maio 2026.

Os desafios para a soberania energética brasileira em momentos de instabilidade geopolítica

Cloviomar Cararine Pereira*

■ A decisão dos EUA e de Israel de atacar o Irã, grande produtor de petróleo do Oriente Médio, em 28 de fevereiro de 2026 deu início a um conflito em uma região muito sensível para a produção de energia no mundo, em especial petróleo e gás natural, trazendo muitas instabilidades e incertezas. Trata-se de uma região que detém 50% das reservas mundiais de petróleo e responde por 31% da produção global. O bloqueio do Estreito de Ormuz, por onde escoavam 20% do petróleo comercializado no mundo, elevou o preço do Brent de US\$ 60/barril para acima de US\$ 100/barril em menos de 20 dias de conflito, e não há sinais de redução consistente nos próximos meses.

As consequências deste conflito foram rapidamente sentidas em todo o mundo, com desabastecimento, disparada dos preços dos combustíveis, aumento dos custos e instabilidade no transporte e logística de produtos, entre outros efeitos. Até mesmo para países produtores de petróleo, os impactos também são grandes. Como integrantes da cadeia global de valor, eles sentem as consequências sobre o ritmo de crescimento do PIB, alterações nas taxas de juros, custos de transporte, entre outros problemas que afetam o conjunto da economia.

No caso de países produtores e exportadores de petróleo situados fora da área atingida diretamente pelo conflito, é possível observar impactos de outra ordem. Com o aumento da demanda externa, devido à restrição do resto do mundo para acessar os produtos que passam pelo Estreito de Ormuz, há uma pressão de alta para os preços do petróleo, gás e

derivados que pode gerar aumento da arrecadação de *royalties* e impostos de exportação; alta da rentabilidade de ativos relacionados à produção de petróleo, o que pode dar sobrevida a campos de petróleo mais antigos (e que, portanto, possuem custos maiores e rentabilidades menores); ou mesmo a valorização de empresas produtoras de petróleo.

Mas e o Brasil? Como esses efeitos da guerra chegam aqui e quais estratégias viñhamos adotando no setor de óleo e gás?

O Brasil ocupa uma posição singular no cenário energético internacional. Em 2025, a produção nacional de petróleo e gás natural atingiu 4,9 milhões de barris equivalentes por dia (boe/d), 90% produzidos pela Petrobrás. O custo médio de produção da companhia é de US\$ 20/barril, valor que cai para US\$ 7,00/barril nos campos do pré-sal, o que confere elevada competitividade ao setor produtivo nacional. Contudo, nossa capacidade de refino está em apenas 2 milhões de barris/dia, ante um consumo de 2,6 milhões, e estamos exportando mais de 2 milhões de barris/dia. Em relação aos derivados de petróleo, nossa maior dependência está na importação de cerca de 25% do óleo diesel que consumimos, além de 88% dos fertilizantes. Assim, mesmo com o aumento da produção de petróleo e gás concretizado pela Petrobrás nos campos do pré-sal, a guerra no Irã colocou em xeque o projeto de redução da importância do nosso setor de refino, implementado nos governos Temer e Bolsonaro.

Essa fragilidade é resultado de escolhas e da implantação de um projeto para o setor energético nacional com base em um modelo liberal, de redução na atuação estatal e liberalização do setor para o capital pri-



vado internacional. Em um processo iniciado em 2016 na gestão Temer e aprofundado nos anos seguintes por Bolsonaro, o setor de óleo e gás nacional vivenciou, com destaque para a Petrobrás, várias mudanças estruturais: 1) a Petrobrás reduziu seus investimentos e passou a focar apenas na produção de petróleo nos campos do pré-sal, resultando em imensa produtividade, maiores lucros e vultosos dividendos pagos aos seus acionistas (sendo 47% dos dividendos destinados a acionistas estrangeiros); 2) redução na produção de derivados, venda de refinarias para o capital privado e abertura para entrada de importadores, em um processo de desinvestimento e desmobilização do parque de refino nacional, agravado pela interrupção de obras de novas refinarias no contexto da Operação Lava Jato e maior dependência da importação; 3) adoção da política de Preço de Paridade de Importação (PPI) pela Petrobrás em outubro de 2016, vinculando os preços internos dos derivados às cotações internacionais e aos custos de importação; 4) privatização da BR Distribuidora e da Liqigás, empresas que atuavam na distribuição de combustíveis em todo o país, impedindo uma atuação do Estado na regulação dos preços no mercado de distribuição de combustíveis. Todas essas medidas representaram uma enorme perda para a capacidade estatal de atuar como uma ferramenta importante de minimização dos efeitos de crises como a vivida agora.



O caso dos fertilizantes também é preocupante para a economia brasileira. Após decisão do governo Bolsonaro de reduzir investimentos da Petrobrás na construção de uma fábrica de fertilizantes em Mato Grosso e desativar as fábricas de fertilizantes em Sergipe, na Bahia e no Paraná, o país ficou ainda mais dependente das importações do produto. Segundo informações da Anda (Associação Nacional para Difusão do Adubo), em 2025, o país importou 43 milhões de toneladas para um consumo de 49 milhões de toneladas, o equivalente a 88% do consumo nacional.

Somam-se a isso as pressões exercidas pelas refinarias privatizadas e pelos importadores de combustíveis para que a Petrobrás acompanhe as variações dos preços internacionais de petróleo. Essa prática transferiu para o consumidor brasileiro a volatilidade dos mercados externos, independentemente dos custos reais de produção no país e da elevada produção local. Mesmo com as mudanças implementadas recentemente pela Petrobrás para não repassar a variação dos preços internacionais para as refinarias próprias, alguns segmentos com participação na formação do preço do derivado, como os postos privados de venda

de combustíveis, aumentam as margens ou, em alguns casos, até retêm estoques e promovem o boicote na oferta de diesel.

A privatização da BR Distribuidora, da Liqueigás e a abertura do mercado de distribuição para importadores e operadores privados introduziram novos atores no segmento, cujo objetivo principal é a maximização de resultados financeiros, sem compromisso com a estabilidade do abastecimento nacional. O caso da refinaria Acelen, na Bahia, é emblemático: a unidade privatizada tem promovido reajustes de preços em ritmo superior à média nacional, forçando aumentos nos postos de combustíveis da região Nordeste acima da média verificada em outras localidades. Esse fenômeno evidencia os efeitos perversos da desestatização de ativos estratégicos para a segurança energética.

Diante do agravamento da crise, o governo federal adotou um conjunto de medidas com o objetivo de mitigar os impactos sobre os preços e garantir o abastecimento interno. Destacam-se a redução tributária, zerando as alíquotas do PIS/Cofins incidentes sobre o óleo diesel; a subvenção econômica a produtores e importadores de diesel no valor de R\$ 0,32 por litro; e a tributação de exportações com alíquotas de 12%

sobre a exportação de petróleo e 50% sobre a exportação de diesel, com o objetivo de ampliar a oferta interna, estimular o refino nacional e impedir que lucros extraordinários decorrentes da guerra sejam apropriados privadamente. Mas recentemente, outras medidas foram adotadas para a gasolina e contaram com a participação dos governadores. A implementação dessas medidas vem surtindo efeitos positivos na redução dos preços dos derivados, mas elas são limitadas e de curto prazo.

A guerra no Irã expõe, de forma aguda, as vulnerabilidades estruturais e as escolhas equivocadas adotadas em um setor tão estratégico como o de energia. O resultado de um ciclo de desinvestimentos, desestatização e submissão da política energética aos interesses do mercado financeiro retira do Estado o controle e a capacidade de ação em momentos de crise. A defesa intransigente da Petrobrás, a luta pela ampliação do refino e o enfrentamento às privatizações não são apenas bandeiras corporativas, mas constituem-se em instrumentos essenciais para a garantia do abastecimento energético, a estabilidade econômica e a soberania do Brasil.

Nesse sentido, ganha força o debate sobre a necessidade da retomada do controle pelo Estado das decisões que envolvem a produção e distribuição de energia e a necessidade de reestatização de ativos estratégicos, como a Refinaria Landulpho Alves (RLAM – Mataripe/BA), atualmente operada pela Acelen; a Refinaria Isaac Sabbá (Reman – AM), hoje com o Grupo Atem; e a Refinaria Clara Camarão (RPCC – RN), além da BR Distribuidora e da Liqueigás.

** É economista, técnico do Dieese na subseção da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e doutorando em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ). Integra o grupo de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA/UFRJ).*



A importância da Petrobras para a soberania e transição energética

Iago Montalvão*

■ Em março de 2026, enquanto motoristas norte-americanos viram o preço da gasolina disparar mais de 40% em razão da guerra no Oriente Médio, o Brasil registrou alta de apenas 7%. A diferença não é coincidência nem sorte, é o resultado de uma escolha institucional feita décadas atrás, quando o país decidiu ter uma empresa estatal de petróleo. Mas a Petrobras que hoje amorteceria choques externos é uma versão enfraquecida daquela que poderia existir: refinarias foram vendidas a preço de ocasião, subsidiárias de distribuição foram privatizadas e a capacidade da estatal de coordenar o mercado interno de combustíveis foi deliberadamente reduzida. Essa capacidade incompleta nos deixa vulneráveis a ciclos que se repetem, já foram cinco choques do petróleo nos últimos vinte anos, porque a resposta estrutural passa não apenas por recuperar o papel da Petrobras, mas por conectá-la a uma agenda mais ampla de diversificação energética: biocombustíveis avançados, eletrificação do transporte coletivo e uma malha ferroviária que reduza a dependência crônica do diesel.

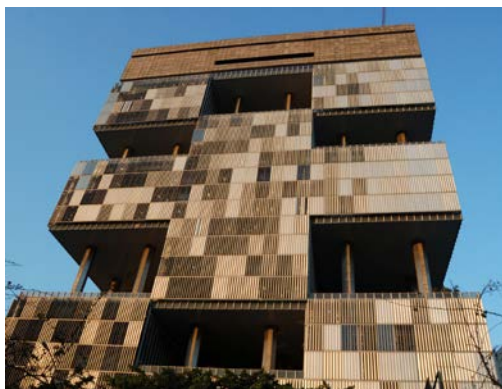
Os combustíveis derivados do petróleo ainda são insumos fundamentais para a produção e circulação de mercadorias no Brasil, especialmente por se tratar de um país altamente dependente do transporte rodoviário. Segundo a EPE, a matriz energética do país depende de cerca de 35% de petróleo e derivados, principalmente na combustão para transportes, seja de uso individual, como a gasolina, ou coletivo e de cargas, no caso do diesel. O GLP, por sua vez, é a principal fonte de aquecimento de alimentos das famílias brasileiras, sendo insumo relevante no combate à pobreza energética. O encarecimen-

to desses combustíveis tem impacto direto e indireto na população via repasse ao conjunto de preços da economia, ameaçando o acesso a bens essenciais, como transporte e alimentação. Trata-se, portanto, de uma questão central para soberania energética e poder de compra da população.

O período de investimentos robustos da Petrobras, principalmente em refino entre 2003 e 2014, e a descoberta do pré-sal abriram a perspectiva de o país não apenas alcançar a autossuficiência em combustíveis, mas tornar-se uma potência exportadora de petróleo e derivados. Mas a partir de 2014 essa trajetória foi interrompida por ataques direcionados à empresa e um ciclo de governos de forte orientação neoliberal. Em 2019, no âmbito de um acordo firmado com o Cade, a estatal comprometeu-se a vender metade do seu parque de refino, a exemplo da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, privatizada em março de 2021, e a Refinaria Isaac Sabbá (Reman), no Amazonas, em novembro de 2022, a primeira por US\$ 1,65 bilhão, valor considerado abaixo do mercado pela própria CGU. A BR Distribuidora e a Liqigás foram igualmente alienadas.

A aprovação da Lei das Estatais em 2016 reconfigurou a governança da empresa para padrões próximos aos do mercado privado, reduzindo a influência do governo sobre suas decisões, e ampliou o poder dos acionistas minoritários, entre eles fundos e investidores institucionais estrangeiros. Em paralelo, o Plano Estratégico 2016–2021 foi inteiramente orientado à geração de valor ao acionista: corte de investimentos, venda de ativos e distribuição recorde de dividendos. Com a eleição do presidente Lula em 2022, a Petrobras freou as negociações, rescindiu o contrato de venda da Lubnor e está negociando a retomada da RLAM, mas os danos estruturais





foram consideráveis. Em suma, uma empresa estatal de energia estratégica foi transformada em uma companhia de petróleo de caráter híbrido, sem as ferramentas necessárias para coordenar o setor de combustíveis em benefício do mercado doméstico.

A flexibilização do regime de partilha no pré-sal atraiu empresas estrangeiras com estratégia voltada à exportação de petróleo bruto, e mesmo com aumento absoluto da produção, a Petrobras perdeu participação na oferta de petróleo no país. O Brasil tornou-se, em 2024, o sétimo maior exportador de petróleo cru do mundo; no entanto, de acordo com dados do Inep¹, em março de 2026, o país ainda mantinha uma dependência externa de 24,6% no diesel, 20,8% no GLP e 7,5% na gasolina, vulnerabilidade que se traduz diretamente em variação de preços quando o mercado internacional sofre pressão.

Em 2023, com o fim da política de preços automaticamente atrelada ao Preço de Paridade de Importação (PPI), a frequência de reajustes reduziu consideravelmente, trazendo maior estabilidade ao mercado doméstico. O problema, porém, deslocou-se para o elo da distribuição. O Boletim de Preços de Combustíveis do Inep de novembro de 2025² registrou que, embora o preço da gasolina A nas refinarias tenha caído 21,3% entre janeiro e outubro daquele ano, o preço ao consumidor final teve leve alta, passando de R\$ 6,18 para R\$ 6,20. O principal fator foi o aumento de 31,3% na margem de distribuição e revenda, que subiu de R\$ 0,96 para R\$ 1,26 no mesmo período. Com a privatização de suas subsidiárias, a Petrobras perdeu a capacidade de influenciar os preços no elo mais próximo do consumidor final.

Esses problemas estruturais ficaram ainda mais expostos com o choque de 2026. A guerra desencadeada pelos ataques de Estados Unidos e Israel ao Irã, e o consequente fechamento do Estreito de Ormuz, derrubaram o mercado internacional de petróleo em pânico. O barril de Brent, que custava US\$ 72 em 27 de fevereiro, saltou para quase US\$ 120 em março, representando uma alta de 66% desde os ataques. Em abril, o petróleo permaneceu em nível elevado, com média mensal próxima de US\$ 118 por barril, o maior patamar para o período nos últimos cinco anos.

No Brasil, os impactos foram sentidos, mas de forma mais contida. Segundo o Inep, o diesel S10 registrou aumento médio de 16,2% em março e desacelerou para 5,1% em abril; a gasolina subiu 4,6% em março e 2,3% em abril; e etanol hidratado permaneceu praticamente estável. Essa desaceleração também reflete os efeitos das medidas de desoneração tributária e subvenção adotadas pelo governo federal. No acumulado entre o final de fevereiro e o final de abril, a gasolina subiu 7,0% no Brasil, contra 41,3% nos Estados Unidos; o diesel avançou 21,2% aqui, ante 40,5% nos EUA e 23,8% na União Europeia. Na média global, os preços avançaram 20,5% para a gasolina e 27,5% para o diesel.³ Além dos impactos relativamente menores sobre preços, o FMI reajustou a previsão de crescimento do PIB brasileiro em 2026 de 1,6% para 1,9%, em função do alto volume de exportações de petróleo cru, que também contribui para resultados mais favoráveis no balanço de pagamentos e reduz pressões cambiais.

A Petrobras age, portanto, como uma importante ferramenta para absorver parte do impacto do choque externo. Um repasse integral recairia diretamente sobre os bens de consumo básico das famílias mais pobres, sobretudo energia e alimentos. Mas a estatal faz isso em condições mais difíceis do que faria se mantivesse o controle sobre a cadeia de distribuição e se houvesse capacidade de refino para assegurar a autossuficiência de combustíveis. A fragilidade é real, e os números sobre as margens de revenda mostram onde parte do benefício que deveria chegar ao consumidor se perde no caminho.

Além da recomposição de ativos e de maiores investimentos por parte da Petrobras no se-

tor de refino, é fundamental pensar em alternativas estruturais para a atuação da empresa no setor energético. Nos últimos vinte anos, o Brasil viveu cinco choques do petróleo. A dependência de exportação de petróleo cru, da importação de diesel, GLP e gasolina não é uma fatalidade – é o resultado de escolhas de política industrial que podem ser revertidas. Biocombustíveis avançados, combustíveis sintéticos e eletrificação do transporte devem estar conectados a objetivos socioeconômicos mais amplos: o desenvolvimento de uma malha ferroviária elétrica reduziria a dependência estrutural do caminhão e do diesel; nas cidades, o transporte coletivo eletrificado, combinado à expansão da geração renovável, é um caminho concreto. Uma política industrial verde é também uma política de segurança energética.

A transição não é processo simples nem instantâneo. Exige planejamento de curto, médio e longo prazo, com coordenação estatal, metas, avaliações e reavaliações constantes. Hoje, a principal ferramenta disponível para assegurar essa soberania – ao mesmo tempo que pode contribuir para uma estratégia de diversificação conectada ao desenvolvimento industrial e ecológico do país – é a Petrobras. Mas a estatal precisa ocupar papel mais central nos planos do governo, com governança corporativa reformada para que seus resultados se revertam em investimento estratégico. Iniciativas como o Plano Clima, o Nova Indústria Brasil e o Plano de Transformação Ecológica ainda não incorporam a Petrobras como ferramenta ativa, e essa articulação seria fundamental para alavancar um desenvolvimento verdadeiramente soberano.

** É doutorando em Economia no Instituto de Economia da Unicamp, mestre pela mesma instituição e bacharel em Economia pela FEA-USP. Atualmente coordena o think thank Transforma-Unicamp e é pesquisador no Instituto Nacional de Estudos Estratégicos em Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.*

1 https://ineep.org.br/wp-content/uploads/2026/05/Boletim-de-Preços-dos-Combustíveis_35-1.pdf

2 <https://ineep.org.br/wp-content/uploads/2026/01/boletim-de-precos-dos-combustiveis-no-30.pdf>

3 De acordo com dados da U.S. Energy Information Administration e da European Commission's Oil Bulletin. Os dados globais agregados foram obtidos na plataforma globalpetrolprices.com.

A guerra do Irã, o petróleo e o dólar

Debora Garcia Gaspar*

■ Os ataques dos Estados Unidos e Israel ao Irã, iniciados em 28 de fevereiro, desencadearam uma crise energética, cujos efeitos de médio e longo prazo ainda estão em discussão. A principal retaliação do Irã, além do ataque a Israel e às bases norte-americanas localizadas em países vizinhos, foi o fechamento do Estreito de Ormuz, por onde é escoado um quinto do petróleo e do gás natural comercializados mundialmente. O estreito é uma passagem marítima estratégica entre a Península Arábica e o Irã, conectando o Golfo Pérsico ao Mar Árabe. É a principal rota de exportação de petróleo e gás de países do Golfo, como Arábia Saudita, Catar e Emirados Árabes Unidos (EAU).

A Agência Internacional de Energia (IEA)¹ já caracteriza a atual crise do mercado energético como a maior ruptura dos fluxos de energia da história, apontando como consequências imediatas o aumento dos preços do petróleo bruto, da gasolina, do diesel e do combustível de aviação. De acordo com dados da IEA, os contratos futuros do Brent, referência global, encontravam-se, ao final de maio, cerca de um terço acima dos níveis pré-conflito. Os preços do petróleo físico subiram ainda mais, refletindo forte escassez de oferta, com refinarias buscando substituir cargas do Oriente Médio por outras disponíveis no mercado internacional.

Os efeitos da ruptura do fornecimento e do aumento dos preços foram sentidos mais rapidamente em países do Sudeste Asiático (Tailândia, Singapura, Filipinas, Indonésia e Vietnã) que não dispõem de reservas e tiveram que impor medidas de restrição ao uso de combustível e de energia bastante severas. Em meados de maio, a estimativa era que 76 países já haviam adotado medidas emergenciais adiante da crise. Seu prolongamento pode levar a racionamento no uso de energia em diversos países, com impactos na produção industrial e, por consequência, queda no crescimento econômico (Financial Times, 2026).²

Cabe destacar a posição dos Estados Unidos no mercado global de combustíveis fósseis. O ataque ao Irã ocorre em um contexto de autonomia energética do país, conquistada pela revolução do xisto (*shale revolution*). A nova tecnologia de extração (*fracking* e *horizontal drilling*), primeiramente de gás e, posteriormente de petróleo, fez os Estados Unidos saírem da desconfortável posição de importadores para a de maiores produtores mundiais de petróleo. O atual choque de oferta, no entanto, gera aumento no preço dos combustíveis nos Estados Unidos, já que estes são cotados em mercados globais.

Há países importadores de petróleo, como a China, que construíram reservas e têm melhores condições de enfrentar choques dessa natureza, ainda que temporariamente. Os 32 países-membros da IEA mantêm estoques de petróleo equivalentes a pelo menos 90 dias de importações líquidas, a fim de poderem atuar de forma coordenada em caso de choques de oferta. Em março, foram liberados cerca de 400 milhões de barris de reservas emergenciais, a maior ação conjunta já realizada pela agência. A liberação foi composta majoritariamente por petróleo bruto, com maior participação de derivados na Europa, e foi complementada pelo aumento da produção nos Estados Unidos.

A IEA foi criada em 1974, justamente para lidar com as consequências do primeiro choque do petróleo. Em outubro de 1973, os países árabes exportadores de petróleo impuseram um embargo à produção e, em particular, à venda de petróleo a países que apoiavam Israel, no contexto da Guerra do Yom Kippur. Mesmo com o fim do conflito, que opôs Israel, apoiada pelos Estados Unidos e países europeus, ao Egito e à Síria, o embargo levou ao aumento sem precedentes do preço do petróleo, que atingiu o pico (preço do barril quadruplicado) em janeiro de 1974. Além da demonstração de capacidade da Opep de causar rupturas de oferta, esse episódio trouxe consequências duradouras para as estra-





tégias energéticas dos países na precificação do petróleo nos mercados globais e na governança do mercado global de energia.

Neste mesmo período, mudanças centrais ocorriam na economia mundial e na ordem global liderada pelos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial. O colapso do sistema de Bretton Woods (fim da paridade entre o dólar e o ouro e do regime de taxas de câmbio fixas entre os países centrais), acompanhado do aumento da mobilidade do capital e das receitas dos países produtores, gerou um excedente de capitais em busca de rentabilidade. Estes foram reciclados principalmente via grandes bancos sediados na Europa (especialmente em Londres), que realizavam operações e emitiam títulos denominados em dólares. Esse é o mercado dos petrodólares, que, além de ser responsável pela explosão dos fluxos financeiros privados internacionais, alterou a dinâmica de precificação do petróleo. Antes do choque de 1973, o petróleo era uma *commodity* barata, comercializada a partir de contratos de longo prazo. A partir de meados dos anos 1970 – em conexão com o acordo entre Estados Unidos e Arábia Saudita, em que estes passam a ter acesso privilegiado aos títulos do Tesouro norte-americano em sua reciclagem de receitas excedentes de exportação de petróleo – desenvolvem-se os mercados de contratos futuros e derivativos para as moedas. No início dos anos 1980, mercados de futuros e derivativos de petróleo passam a operar em Londres. Pode-se dizer que, tanto em termos da operação dos mecanismos de precificação e gestão de produção, como de estruturas de

governança (IEA), houve um aprofundamento da integração no mercado global de energia.

Análises mais voltadas à política internacional no campo da energia têm apontado algumas tendências que o atual choque de oferta de combustíveis fósseis estaria delineando e que poderiam vir a se estabilizar. A primeira seria um aprofundamento da autarquização da produção e fornecimento de energia, que vai desde mais investimento em estoques e reservas, passando pela diversificação de fornecedores, até estímulos às indústrias nacionais de geração de energia (eletrificação, no caso chinês), em detrimento da dependência das cadeias globais de produção e transporte de combustíveis fósseis. Certamente, a revolução do xisto nos Estados Unidos e as inovações em energia verde da China seriam dois vetores importantes desta tendência, bastante anteriores à atual crise. O choque de 2026, no entanto, expôs mais claramente os “gargalos estratégicos (*choke-points*)” dos mercados globais de combustíveis fósseis, o que pode acelerar estas tendências.

A segunda é a chamada guerra econômica (*economic warfare*), que apesar de não se restringir à energia, mas ao comércio de bens essenciais como um todo, impacta sobremaneira este setor. Há uma corrida por segurança econômica, que precede a era Trump e é reflexo da ascensão de rivais, notadamente a China, em uma ordem econômica criada pelos Estados Unidos e que pressupunha acomodações mais cooperativas, segundo sua própria perspectiva, das potências econômicas ascendentes. A literatura de Relações Internacionais tem delineado o conceito de *weaponized*

interdependence (Farrell e Newman, 2019)³, na tentativa de dar conta das dinâmicas de comércio e investimentos, em uma ordem econômica mais fragmentada e competitiva.

Por fim, há iniciativas no sentido de desconectar, ainda que incrementalmente, os mercados de precificação de petróleo e gás. A principal vem na China, que criou, em 2018, o primeiro contrato futuro de petróleo bruto denominado em yuan e aberto a investidores estrangeiros (*Shanghai International Energy Exchange*, subsidiária da Bolsa de Futuros de Xangai). Com a queda da produção de países como Arábia Saudita, Kuwait, Iraque e EAU, vetores de alimentação do mercado de petrodólares, este importante eixo de poder da moeda norte-americana fica um pouco mais exposto. O Irã tem vendido petróleo para China em yuans e há expectativas de ampliação do uso do yuan na liquidação dos fluxos energéticos entre Oriente Médio e Ásia. O mercado de petrodólares foi um importante sustentáculo da continuidade do poder financeiro estrutural dos Estados Unidos a partir dos anos 1970 e algumas análises entendem que sua fragmentação poderia ser um elo do enfraquecimento deste poder. No entanto, é necessário ressaltar que a dominância do dólar vai muito além dos petrodólares. Instituições financeiras fora dos Estados Unidos mantêm vastos volumes de empréstimos e depósitos denominados em dólar, sustentando a liquidez das finanças globais. Dessa forma, o poder estrutural da moeda repousa não apenas em seu papel nas transações energéticas, mas também na centralidade do dólar na intermediação financeira internacional e na criação de liquidez nos mercados *offshore*.⁴

* É professora adjunta do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Pepi-IE/UFRRJ).

1 <https://www.iea.org/reports/oil-market-report-march-2026>

2 *Financial Times*. 2026. *World on Borrowed Time as Tipping Point Looms in Mideast Energy Crisis*. *Financial Times*, 18 maio de 2026.

3 Farrell, Henry; Newman, Abraham L. 2019. *Weaponized Interdependence: How Global Economic Networks Shape State Coercion*. *International Security*, v. 44, n. 1, p. 42–79.

4 Greeley, Brendan. “Never Mind the Petrodollar.” *Financial Times*, 25 abr. 2026.

Pra lá de Teerã: crise do petróleo e transição energética

Carlos Eduardo Frickmann Young*

■ Mexe qualquer coisa doida dentro do Oriente Médio, e qualquer coisa doida dentro do mercado de energia mexe. A guerra no Irã em 2026 caracteriza-se por ultrapassar limites que não haviam sido antes excedidos. O mais importante foi o bloqueio da navegação no Estreito de Ormuz, que se tornou o maior gargalo energético do planeta. Subitamente interrompeu-se a circulação de mais de um quinto do comércio mundial de petróleo e gás natural liquefeito, ocasionando a maior restrição de curto prazo de combustível fóssil deste século.

A elevação no preço do petróleo e derivados foi imediata, e a média de preços negociados de petróleo nos meses de abril e maio permaneceu em um patamar de quase o dobro do observado no início de 2026. As operações bélicas de larga escala foram sucedidas por uma confusa dança de morde-e-assopra, em ciclos de ataques pontuais seguidos por pausas para negociação, que não foi capaz de gerar, até o momento, um acordo de paz definitivo que traga retorno à normalidade da navegação. Contudo, embora a alta de preços represente um aumento significativo de ganhos de curto prazo para os produtores de petróleo não afetados pela guerra, a percepção é que o conflito sinaliza uma crescente vulnerabilidade econômica e estratégica para o setor.

A escalada militar elevou dramaticamente os riscos logísticos, reduzindo o tráfego marítimo, encarecendo fretes e multiplicando os custos de seguro dos navios petroleiros. Embora existam perspectivas para um acordo de paz que traga uma relativa normalização das atividades no Golfo Pérsico, ocorreu uma quebra estrutural de confiança no sistema de transporte marítimo global de petróleo. O aumento permanente dos custos de seguro e a necessidade de rotas alternativas tornaram o petróleo mais caro, trazendo inflação energética persistente, volatilidade de preços e maior insegurança para países dependentes da importação de combustíveis fósseis.

Ou seja, a elevação do preço do petró-



leo não significa aumento da rentabilidade da atividade. Ao invés de fortalecer a “Era do Petróleo”, o conflito tende a acelerar a transição energética, sobretudo nos países importadores. Frequentemente se supõe que petróleo caro implica automaticamente maior rentabilidade para o setor petrolífero. Contudo, deve-se considerar que também há aumento de custos, inclusive pela extração em áreas mais difíceis, porém de acesso mais seguro, pois a instabilidade geopolítica prolongada leva à busca de alternativas para reduzir dependência de um insumo caro, inseguro e sujeito a choques recorrentes.

Por outro lado, os períodos de apreciação do petróleo são historicamente sucedidos por longos períodos de depreciação. Como mostra a figura 1, os preços em 2025 estavam seguindo uma tendência de queda iniciada em 2022. Em termos reais, o petróleo estava no patamar mais baixo da década, significativamente inferior ao preço observado dez anos antes. Portanto, é bastante arriscado investir em autossuficiência em extração e refino, que requer elevado volume de capital e tempo para se tornar operacional, porque o preço do produto, bruto ou refinado, pode estar em forte declínio quando deveria se iniciar o período de amortização do financiamento necessário.

O risco é ainda mais acentuado quando se adiciona a possibilidade de estouro da “bo-

lha de carbono”, que é a preocupação de que ativos de empresas dependentes de combustíveis fósseis sejam fortemente depreciados por causa de políticas climáticas mais restritivas em um futuro próximo, com o agravamento das mudanças climáticas e eventos extremos associados (CALDECOTT, 2016). A ampliação desse investimento é percebida como de grande risco pois, se as medidas restritivas ao consumo de combustíveis fósseis forem implementadas, esses ativos podem ficar “encalhados” (*stranded assets*), com grande prejuízo financeiro às empresas e aos seus acionistas (YOUNG; PINTO JR., 2025).

Embora com características diferentes, pode-se traçar um paralelo com os choques do petróleo dos anos 1970. O encarecimento do barril estimulou programas de eficiência energética, pesquisa e investimentos em fontes alternativas de energia. A diferença para o contexto atual é que a transição energética corrente já possui base tecnológica e econômica muito mais madura. Energia solar, eólica, baterias e veículos elétricos vêm reduzindo custos rapidamente, tornando-se alternativas viáveis.

Nesse sentido, a atual crise pode representar um enorme impulso indireto à descarbonização global, ironicamente indo ao revés da trajetória defendida por Donald Trump, defensor ardoroso dos combustíveis fósseis e crítico das políticas de transição energética. Ao criar conflito militar aberto na maior região de extração do planeta, o efeito final pode ser exatamente o oposto da centralidade do petróleo e do gás natural desejada (*drill, baby, drill*): crescente escassez, custo e instabilidade do petróleo empurram o planeta para acelerar a transição. Quanto mais instável se torna a geopolítica do petróleo, mais racional passa a ser o investimento em fontes renováveis domésticas, e a transição energética deixa de ser apenas uma pauta ambiental e passa a representar questão de segurança nacional, estabilidade macroeconômica e soberania estratégica.

Os sinais dessa mudança já aparecem na economia internacional. Percebe-se em 2026



Gráfico 1. Evolução do preço internacional do petróleo tipo Brent na Europa FOB (US\$/barril), média mensal, 2011-2026



Fonte: U.S. Energy Information Administration (<https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RBRT&f=M>).

um forte crescimento global da demanda por tecnologias ligadas à energia renovável, beneficiando principalmente a China, grande exportadora de painéis solares, baterias e veículos elétricos. Entre os demandantes destacam-se economias emergentes da Ásia e da África vulneráveis ao aumento dos preços do petróleo e dos derivados.

Esse movimento revela uma transformação estrutural, e a segurança energética do século XXI dependerá menos do acesso ao petróleo e mais da capacidade industrial e tecnológica de produzir equipamentos de geração renovável, armazenamento de energia e eletrificação da mobilidade. O recente relatório anual da Agência Internacional de Energia (IEA, 2026) aponta que as mudanças nas percepções sobre risco e confiabilidade estimulam um interesse renovado em uma variedade de recursos energéticos disponíveis internamente nos principais importadores de combustíveis, com grandes oportunidades para energias alternativas. Os recursos de energia renovável estão amplamente distribuídos pelo mundo, e sua implantação está ganhando força em alguns mercados fortemente afetados pela crise energética. Ainda segundo a IEA (2026), o conflito impulsiona a transição para a “Era da Eletricidade”, e os gastos relacionados à eletricidade já representam quase 60% de todo o investimento global em energia. Espera-se

que os investimentos no fornecimento e na infraestrutura de eletricidade atinjam US\$ 1,6 trilhão em 2026 e subam para US\$ 2 trilhões quando forem incluídos os gastos com a eletrificação do uso final.

A Europa já fornece um exemplo concreto dessa dinâmica. Após a guerra na Ucrânia e a redução da dependência do gás russo, diversos países europeus aceleraram inves-

timentos em renováveis, hidrogênio verde e eletrificação. A atual instabilidade no Golfo Pérsico tende a reforçar essa tendência na Ásia, e Japão, Coreia do Sul e Índia – altamente dependentes do petróleo do Oriente Médio – também devem intensificar estratégias de diversificação energética.

Nesse contexto, a transição energética deixa de ser motivada exclusivamente pela agenda climática. Ela passa a ser vista como mecanismo de redução de risco econômico e geopolítico. Países sem grandes reservas petrolíferas percebem que permanecer dependente do petróleo importado significa aceitar exposição permanente a crises internacionais, inflação energética e insegurança logística.

Para o Brasil, essa mudança de cenário possui implicações particularmente relevantes. A expansão da exploração petrolífera da Petrobras, em particular na Margem Equatorial, é justificada pela expectativa de continuidade da demanda global por petróleo nas próximas décadas. Contudo, o novo contexto internacional sugere o contrário. Com a aceleração da transição energética, o horizonte de demanda estrutural por petróleo poderá se reduzir mais rapidamente do que imaginado. Isso torna projetos de exploração de elevado custo e longo prazo de maturação financeiramente mais arriscados, pois a prospecção de novos campos exige investimentos bilionários em infraestrutura, logística e operação

em ambientes sensíveis. Esses investimentos dependem de décadas de produção futura para serem amortizados economicamente. Porém, se o mundo caminhar para uma desaceleração estrutural da demanda por petróleo, cresce a possibilidade de surgimento de ativos encalhados criados pelos investimentos incapazes de recuperar integralmente o capital aplicado. Insistir na expansão fóssil pode elevar à exposição da empresa a riscos futuros de mercado e perda de competitividade.

Com imensa disponibilidade de recursos e domínio tecnológico em diversas áreas de energias renováveis, o Brasil pode aproveitar esse momento para consolidar-se como líder na transição energética de baixo carbono, com matriz elétrica majoritariamente renovável, liderança em biocombustíveis, potencial em hidrogênio verde, abundância de recursos solares e eólicos, entre outros. Entretanto, essa sanha não arranha: o país continua direcionando a grande maioria dos investimentos energéticos previstos para o setor de petróleo e gás. Reverter essa tendência é crucial para que a sustentabilidade ambiental e econômica da matriz energética brasileira vá além de um papo sobre qualquer coisa.

* É professor do Instituto de Economia da UFRI.

CALDECOTT, B. Introduction to special issue: stranded assets and the environment. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 7(1), 1–13. 2016. <https://doi.org/10.1080/20430795.2016.1266748>

IEA. *World Energy Investment*. Paris: IEA. 2026. <https://www.iea.org/reports/world-energy-investment-2026>

YOUNG, C. E. F.; PINTO JR., H. *Questões-Chave e alternativas estratégicas para descarbonização do portfólio de investimentos da Petrobras*. Rio de Janeiro: Laboratório do Observatório do Clima, 2025. https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2025/09/Alternativas-Descarbonizacao-Papel-da-Petrobras_DIGITAL.pdf



A crise energética está só começando

Maria Luiza Falcão Silva*

■ A atual crise energética que começa a preocupar governos, empresas e mercados financeiros não surgiu do nada. Ela é consequência de uma rápida deterioração da situação geopolítica no Oriente Médio, região que continua concentrando algumas das maiores reservas de petróleo e gás do planeta.

Nas últimas semanas, o conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã ultrapassou a esfera diplomática e militar para atingir diretamente uma das áreas mais sensíveis da economia mundial: a segurança das rotas de abastecimento energético. A intensificação dos confrontos, as ameaças de bloqueio ao Estreito de Ormuz e o risco de envolvimento de outros países da região reacenderam temores que pareciam pertencer ao passado. De repente, o mundo voltou a discutir cenários que lembram os grandes choques do petróleo dos anos 1970.

Embora ainda não exista uma interrupção significativa da oferta global de energia, a simples possibilidade de que o conflito se amplie é suficiente para gerar nervosismo nos mercados. Afinal, uma parcela expressiva do petróleo consumido diariamente no planeta continua passando por uma das regiões mais instáveis do sistema internacional. Quando o Oriente Médio entra em ebulição, a economia mundial inevitavelmente sente os efeitos.

A nova escalada geopolítica no Oriente Médio traz de volta um velho fantasma que o mundo acreditou ter aprendido a controlar: o da insegurança energética. Primeiro veio a guerra. Depois, veio o bloqueio. Agora começam a surgir sinais de escassez, pressão sobre cadeias globais e temor crescente nos mercados internacionais de petróleo.

Os mercados futuros seguem apostando que a turbulência será temporária, que os fluxos globais de energia serão preservados e que a diplomacia acabará impondo algum tipo de contenção racional ao conflito. Mas a história econômica mostra o con-

trário: crises energéticas raramente seguem roteiros previsíveis.

Foi assim nos anos 1970, quando o choque do petróleo alterou profundamente a economia mundial, acelerando inflação, recessão e instabilidade política em diversos países. Foi assim recentemente após a guerra na Ucrânia, quando a Europa descobriu que dependência energética também significa vulnerabilidade estratégica. E pode estar acontecendo novamente agora.

A diferença é que o mundo atual parece ainda menos preparado para enfrentar choques prolongados. A economia global já vinha desacelerando mesmo antes da nova escalada militar. Os níveis de endividamento seguem elevados, cadeias produtivas permanecem fragilizadas após pandemia, guerras e disputas comerciais, enquanto as tensões entre Estados Unidos, China, Rússia e Oriente Médio tornam o ambiente internacional mais instável.

Energia nunca foi apenas uma questão econômica. Energia é poder. Energia define capacidade industrial, segurança alimentar, logística, transporte e estabilidade social. Em momentos de crise, ela deixa de ser apenas mercadoria e volta a assumir plenamente sua dimensão estratégica.

E é justamente aí que o caso brasileiro merece atenção especial.

A falsa sensação de segurança energética

À primeira vista, o Brasil parece relativamente protegido. O país possui enormes reservas de petróleo no pré-sal, uma matriz elétrica majoritariamente renovável, liderança em biocombustíveis e enorme potencial em energia solar e eólica. Em teoria, deveríamos atravessar períodos de turbulência internacional com relativa segurança.

Mas essa percepção pode ser enganosa.

O Brasil produz petróleo, mas continua profundamente vulnerável à geopolítica do petróleo. A economia brasileira permanece dependente do diesel para transportar mer-



cadorias, alimentos e pessoas. O preço dos combustíveis continua fortemente influenciado pelo mercado internacional e pela valorização do dólar. Fertilizantes seguem dependentes de importações externas. E a estrutura logística nacional continua excessivamente concentrada no transporte rodoviário.

Isso significa que uma disparada persistente do preço do barril de petróleo pode atingir rapidamente a inflação, pressionar alimentos, elevar custos de transporte e criar obstáculos ao crescimento econômico. Mesmo sem faltar petróleo fisicamente no país, a economia brasileira pode sofrer fortemente caso a crise internacional se prolongue.

Em sociedades desiguais, crises energéticas atingem primeiro os mais pobres. Quando sobe o diesel, sobe o frete. Quando sobe o frete, sobe o alimento. Quando os alimentos encarecem, cresce a inflação. E quando a inflação explode, juros elevados reaparecem como resposta, comprimindo investimento, emprego e renda.

O retorno da geopolítica da energia

Os mercados financeiros costumam acreditar que choques geopolíticos serão rapidamente absorvidos. Mas a experiência histórica recomenda cautela. O primeiro choque do petróleo, em 1973, começou como uma crise



o mundo real está mostrando algo diferente.

A guerra voltou ao centro da economia internacional. Rotas marítimas voltaram a ser estratégicas. O controle de minerais críticos tornou-se questão de Estado. Semicondutores passaram a integrar disputas de segurança

regional envolvendo o Oriente Médio e acabou provocando uma das maiores transformações econômicas do século XX. A inflação disparou em praticamente todas as economias desenvolvidas, o crescimento desacelerou e governos foram obrigados a rever estratégias industriais inteiras.

Poucos anos depois, a Revolução Iraniana de 1979 desencadeou um novo choque e os impactos ultrapassaram em muito as fronteiras da região produtora de petróleo. O que estava em jogo não era apenas a oferta física de energia, mas a percepção de risco. Quando mercados começam a temer interrupções futuras, os preços sobem antes mesmo que a escassez efetiva se materialize.

A atual conjuntura apresenta elementos semelhantes. O risco não está apenas na eventual redução da produção petrolífera, mas na crescente incerteza sobre rotas marítimas, seguros internacionais, custos de transporte e estabilidade política dos principais produtores. Em sistemas econômicos altamente integrados, expectativas podem ser tão importantes quanto os fatos.

Essa talvez seja uma das principais lições da história econômica: crises energéticas raramente permanecem restritas ao setor energético. Elas contaminam cadeias produtivas, sistemas financeiros, decisões de investimento e expectativas de consumidores, produzindo efeitos muito mais amplos do que aqueles inicialmente previstos.

Durante anos, parte importante do debate econômico internacional acreditou que a globalização reduziria o peso da geopolítica clássica. O mercado global garantiria eficiência, integração e estabilidade. Mas

nacional. E petróleo e gás recuperaram centralidade geopolítica justamente quando muitos acreditavam que a transição energética reduziria rapidamente sua importância.

Existe uma contradição crescente no discurso ocidental. Enquanto governos falam em descarbonização e economia verde, a realidade geopolítica recoloca combustíveis fósseis no centro das preocupações globais.

A Europa já viveu isso após o rompimento energético com a Rússia. Agora o risco se amplia para o Oriente Médio, especialmente diante das ameaças envolvendo o Estreito de Ormuz, corredor estratégico por onde passa parcela significativa do petróleo consumido no planeta.

Existe ainda um elemento adicional que diferencia a crise atual das anteriores. Pela primeira vez desde o final da Guerra Fria, a questão energética se articula diretamente à disputa pela liderança da economia mundial.

Os Estados Unidos continuam sendo uma potência energética relevante graças ao petróleo e ao gás de xisto. A China tornou-se o maior importador mundial de energia e construiu uma vasta estratégia internacional para garantir segurança de abastecimento. Essa estratégia inclui investimentos em portos, oleodutos, ferrovias, infraestrutura logística e acordos de longo prazo com produtores da Ásia, África, América Latina e Oriente Médio.

Ao mesmo tempo, Pequim lidera setores decisivos da transição energética. Painéis solares, baterias, veículos elétricos e diversas cadeias associadas às tecnologias verdes hoje contam com forte protagonismo chinês. Em outras palavras, a China busca garantir simultaneamente acesso aos com-

bustíveis fósseis necessários ao presente e liderança nas fontes energéticas do futuro.

A tensão entre Washington e Pequim faz com que energia deixe de ser apenas uma questão econômica e passe a integrar uma disputa mais ampla por influência tecnológica, industrial e geopolítica. Nesse contexto, cada crise energética tende a produzir impactos que vão muito além dos preços do petróleo.

O Brasil ainda não definiu seu projeto energético nacional

Se existe um país capaz de transformar a atual turbulência em oportunidade estratégica, esse país é o Brasil.

Poucas economias reúnem simultaneamente reservas significativas de petróleo, grande capacidade hidrelétrica, potencial extraordinário para energia solar e eólica, liderança em biocombustíveis e acesso a minerais fundamentais para a transição energética global. Trata-se de uma combinação rara mesmo entre grandes potências.

O desafio consiste em converter essa abundância energética em capacidade tecnológica, industrial e produtiva. A história mostra que recursos naturais, por si sós, não garantem desenvolvimento. Em muitos casos, ocorre exatamente o contrário. A literatura econômica descreve esse fenômeno como Doença Holandesa: a abundância de recursos naturais gera exportações crescentes, aprecia a moeda nacional e acaba enfraquecendo a indústria, reduzindo a competitividade de setores tecnologicamente mais sofisticados.

O Brasil conhece bem esse dilema. As riquezas do pré-sal representam uma oportunidade extraordinária, mas também carregam riscos. Sem planejamento estratégico, os ganhos provenientes das exportações de petróleo podem reforçar a especialização em *commodities* e dificultar a construção de uma estrutura produtiva mais diversificada e tecnologicamente avançada. A verdadeira questão, portanto, não é apenas extrair petróleo ou produzir energia, mas utilizar essa riqueza para impulsionar inovação, infraestrutura, pesquisa científica e reindustrialização.

Os países que conseguiram transformar recursos naturais em prosperidade duradoura foram justamente aqueles que evitaram a armadilha da Doença Holandesa por meio de



políticas industriais, investimentos em ciência e tecnologia e forte coordenação estatal. O desafio brasileiro é assegurar que a abundância energética funcione como alavanca para o desenvolvimento e não como fator adicional de desindustrialização e dependência.

Nesse sentido, universidades, centros de pesquisa, Petrobras, BNDES e política industrial precisam atuar de forma articulada. A transição energética não deve ser vista apenas como agenda ambiental, mas como projeto de desenvolvimento nacional.

A própria experiência internacional mostra que as grandes transformações produtivas sempre estiveram associadas à capacidade dos Estados de coordenar investimentos de longo prazo. Nenhuma potência industrial surgiu exclusivamente pela ação espontânea dos mercados.

O Brasil possui recursos, escala territorial, mercado interno e capacidade científica para desempenhar papel relevante nessa nova etapa da economia mundial. O que falta é transformar essas vantagens potenciais em estratégia nacional consistente.

O desafio brasileiro diante da nova crise energética

Talvez a questão mais importante daqui para frente seja política.

O Brasil detém condições objetivas para transformar a crise energética global em oportunidade estratégica. Poucos países reúnem simultaneamente petróleo, capacidade hidrelétrica, potencial solar, eólico, biocombustíveis, minerais críticos e uma das maiores bases agrícolas do planeta. Em teoria, o país poderia ocupar posição privilegiada numa nova ordem energética internacional.

Mas isso exige projeto nacional.

E é justamente aí que surgem as dúvidas.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva recolocou alguns temas importantes no centro do debate. Voltou a defender planejamento estatal, reindustrialização, fortalecimento da Petrobras, transição ecológica e integração entre desenvolvimento econômico e política energética. Também passou a enfatizar o papel estratégico do Brasil na economia verde, no hidrogênio limpo, nos biocombustíveis e na chamada neindustrialização sustentável.

Existe ainda uma percepção clara dentro do governo de que o mundo está entrando

numa fase mais turbulenta e menos previsível. A própria defesa de políticas industriais, de fortalecimento do BNDES e de maior protagonismo estatal indica certo afastamento da lógica puramente liberal que dominou parte das últimas décadas.

Mas ainda persiste uma sensação de fragmentação.

O governo parece oscilar entre diferentes agendas sem apresentar plenamente uma estratégia energética integrada capaz de responder ao novo cenário global. Em vários momentos, a transição ecológica aparece mais como discurso diplomático internacional do que como eixo estruturante de um projeto nacional de desenvolvimento.

O Brasil continua sem resolver questões centrais: como ampliar capacidade de refino, como reduzir vulnerabilidade aos preços internacionais, como integrar transição energética e reindustrialização, como fortalecer cadeias tecnológicas nacionais, como reduzir dependência logística do diesel e como transformar abundância energética em soberania econômica efetiva.

Há, também, uma contradição delicada dentro do próprio campo progressista. Parte da esquerda passou anos tratando petróleo quase exclusivamente como problema ambiental, enquanto outra parte insiste corretamente que países periféricos não podem renunciar a seus recursos estratégicos antes de construir alternativas industriais e tecnológicas sólidas.

A tensão entre exploração do pré-sal e transição ecológica permanece parcialmente sem solução.

Ao mesmo tempo, o debate público brasileiro continua excessivamente dominado pelo curto prazo. Discute-se o preço da gasolina da semana, mas pouco se debate qual será a posição do Brasil numa economia mundial marcada por guerras, ruptura de cadeias globais, disputa tecnológica e insegurança energética crescente.

Talvez o verdadeiro desafio do governo Lula seja justamente transformar a atual conjuntura em oportunidade histórica para reconstruir uma estratégia nacional de longo prazo.

Porque o mundo parece caminhar para uma era em que energia, tecnologia, alimentos e capacidade industrial voltarão a definir soberania e poder internacional.

E países que entrarem despreparados nessa nova fase poderão descobrir tarde demais que abundância de recursos naturais não garante desenvolvimento automático.

Sem planejamento, sem capacidade tecnológica própria e sem estratégia nacional consistente, até mesmo países ricos em energia podem permanecer estruturalmente vulneráveis.

Uma nova era de instabilidade?

Talvez estejamos entrando não em uma crise passageira, mas numa nova era marcada por energia cara, fragmentação geopolítica e disputa crescente por recursos estratégicos.

Durante décadas, a globalização liberal prometeu um planeta integrado, relativamente estável e governado pela lógica eficiente dos mercados. Hoje o cenário é outro: guerras prolongadas, protecionismo, disputa tecnológica, insegurança energética e crescente rivalidade entre grandes potências.

Nesse novo ambiente internacional, energia volta a ocupar posição central na organização do poder mundial.

E o Brasil precisará decidir se continuará apenas reagindo às crises externas ou se finalmente construirá uma estratégia nacional capaz de combinar soberania energética, reindustrialização, transição ecológica e capacidade tecnológica própria.

Porque talvez a principal lição deste momento seja simples e dura: países que não planejam seu futuro energético acabam subordinados às turbulências produzidas pelos outros.

** É economista, PhD pela Heriot-Watt University, Escócia, e professora aposentada da Universidade de Brasília (UnB), onde integra o Grupo Brasil-China de Economia das Mudanças do Clima (GBCMC) do Neasia/UnB. É autora de Modern Exchange Rate Regimes, Stabilisation Programmes and Coordination of Macroeconomic Policies (Editora Ashgate, Inglaterra), e membro da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (Abed). Parte superior do formulário Parte inferior do formulário*



Chicxulub XXI

Eduardo Sá Barreto*

■ Até onde vai a Era do Petróleo? A pergunta proposta por esta edição do *Jornal dos Economistas* é particularmente difícil. Não porque a resposta a ela seja elusiva ou desafiadora. Ao contrário, ela é razoavelmente fácil de ser enunciada. A assim chamada Era do Petróleo acabará em prazo relativamente curto, por colapso societário ou por colapso ecológico. Conforme se pode notar, a dificuldade está no fato de que a resposta tem aparência de um determinismo catastrofista. Podemos tentar desfazer tal impressão, embora haja uma sólida interdição a conclusões desse teor.

A primeira coisa a fazer é afastar a suposição confortável, mas equivocada, de que existiria uma transição energética em curso. Por mais que o consumo primário de fontes energéticas renováveis tenha aumentado significativamente nas últimas décadas, e que esse aumento tenha sido capaz de deslocar timidamente a participação percentual das fontes fósseis na matriz energética mundial, o fato é que nenhuma das fontes mais antigas teve seu consumo reduzido em termos absolutos. É verdade que, nos últimos 60 anos (1965-2024), o consumo primário de energia a partir das fontes renováveis cresceu 121%.¹ No entanto, 49,7% do nível atual desse consumo corresponde à queima direta de lenha, carvão vegetal, resíduos orgânicos e esterco para cocção e aquecimento doméstico.² Pior, no mesmo período em que a expansão geral das renováveis foi de 121%, a expansão do consumo primário a partir das fontes fósseis foi de 554,8% para o gás natural, 207% para o petróleo e 183,4% para o carvão.³

Essas duas informações são evidências consistentes com algo que Fressoz⁴ demonstra com maior riqueza de detalhes: as assim chamadas transições energéticas nada mais são do que o empilhamento de novas fontes sobre as antigas. O consumo das fontes mais antigas continua aumentando

porque a expansão da demanda energética impede que se prescindia do seu uso e porque elas ao mesmo tempo viabilizam e são viabilizadas pelas novas.

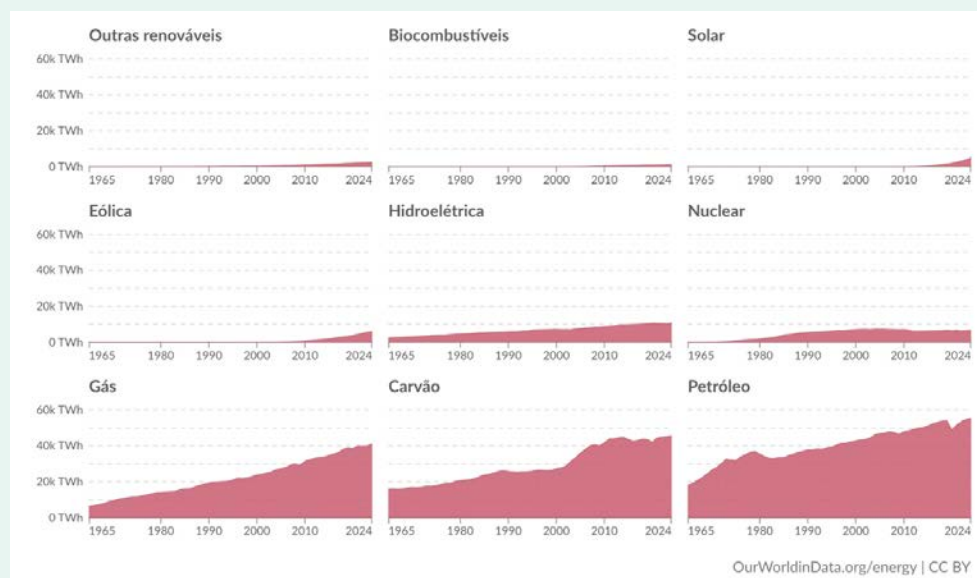
O padrão de ampliação persistente do consumo das diversas fontes e a expressiva diferença de escala entre o consumo das fósseis (no terço inferior) e o consumo das renováveis (nos dois terços superiores) podem ser facilmente visualizados no gráfico abaixo. Aquela que seria supostamente a transição energética de nossa época continua claramente sendo a era do petróleo, do carvão e do gás natural.

Isso posto, é necessário também afastar a esperança de que uma transição não disruptiva ainda possa vir a acontecer dentro dos prazos preconizados pela ciência. Consideremos o prazo, já defasado, de zeramento das emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050. Essa meta envolve trazer as emissões globais para um nível suficientemente baixo para permitir a captura direta das emissões que continuariam ocorrendo. Tomando o nível atual de emissões (60GtCO_{2e}) e supondo reduções de 8%⁵ em todos os anos até 2050, chegaríamos em 2050 emitindo 7,5GtCO_{2e}.



Mesmo apoiados em doses elevadas de otimismo quanto à captura direta, ainda seríamos forçados a reconhecer que, na ausência de declínio populacional, 7,5GtCO_{2e} globais implicariam um nível de emissões *per capita* abaixo de 0,91tCO_{2e}/ano. Para referência, tendo em conta as nações para as quais tenho dados disponíveis, Kiribati, Burundi, Samoa, Ruanda e Yemen seriam as únicas que ainda teriam margem para ampliar suas emissões *per capita*. Todas as demais estariam obrigadas à redução.

Consumo primário de energia por fonte, Mundo



Impossível supor que essa seja uma meta realizável sem uma colossal amputação energética⁶ em escala global, o que sacudiria violentamente os alicerces de qualquer sociedade. Em condições ideais, uma meta como essa seria perseguida pela via da descarbonização, executando a maior parte da amputação eliminando a parte fóssil da matriz energética atual. Neste caso, o fim da Era do Petróleo estaria marcado para, no mais tardar, 2050.

Mas dado que a pergunta mobilizada neste texto é justamente “até onde vai a Era do Petróleo?”, podemos também fazer o exercício de supor o caso limítrofe de máxima sobrevida ao uso do petróleo. Para tal, as metas climáticas teriam que ser satisfeitas renunciando-se ao uso de todas as fontes energéticas, exceto o petróleo. Ainda assim, seu consumo teria que ser reduzido ao patamar compatível com as emissões anuais de 7,5GtCO_{2e}. Quanto do combustível ainda poderia ser consumido a cada ano?

Se o nível atual (em 2024) de consumo é 55.292,08TWh,⁷ com emissões de 12,3GtCO_{2e}⁸ daí oriundas, então, dada a intensidade de emissões,⁹ a redução para 7,5GtCO_{2e} exigiria uma contração no consumo de 39% até 2050, para a casa de 33.728,12TWh. Em termos apenas de consumo de petróleo, isso corresponderia aproximadamente ao nível do ano de 1976. Mas lembrando que em nosso exercício hipotético apenas petróleo continua sendo usado, é mais importante perceber que esse patamar de consumo seria capaz de atender uma demanda energética equivalente à de meados dos anos 1950. Em termos *per capita*, abstraindo novamente de declínio populacional, o consumo estaria limitado a 4,1MWh, inferior ao nível estimado para o ano de 1800, de 5,6MWh.

O exercício funciona como uma espécie de demonstração por absurdo, porque mesmo supondo as condições para a máxima sobrevida da relevância econômica e energética do petróleo, somos levados a concluir que o fim iminente dessa Era não é de modo algum evitado, podendo inclusive vir a ser antecipado.

Se um quadro como o delineado acima

se efetivasse, o resultado seria o colapso do capitalismo por êxito da agenda climática. Naturalmente, nenhuma força econômica (especialmente o capital fóssil), nenhuma força política relevante e virtualmente nenhuma nação pode sequer cogitar esse tipo de êxito.

Se a trajetória que supostamente evitaria o colapso climático (e, conseqüentemente, o ecológico) se concretizasse, o fim da Era do Petróleo seria levado a cabo por um bem-sucedido processo de descarbonização¹⁰ ou pelo desmoronamento da sociedade em que seu uso é imprescindível.

Uma outra maneira, talvez mais palatável, de dizer a mesma coisa é que uma eventual sociedade em que o consumo energético *per capita* está restringido à casa dos 4MWh não é uma sociedade em que o capital fóssil é econômica e tecnicamente viável.

Por outro lado, se sabemos que sequer há garantias que aquela monumental redução das emissões impeça um colapso climático,¹¹ quanto mais nossos resultados estiverem aquém dela, menos provável é que ele seja de fato evitado. Já vimos que o consumo de combustíveis fósseis continua crescendo. As emissões globais também crescem fortemente,¹² quando deveriam estar caindo de maneira acelerada. O desdobramento mais provável entre os diversos possíveis é, então, a antecipação do momento em que a multiplicação dos impactos ecológicos implicará um efetivo desmoronamento das condições de suporte à vida e, obviamente, de suporte à sociedade capitalista e à exploração econômica de um combustível de tamanha complexidade de prospecção, extração e distribuição.

Sem poder abrir, no fim do texto, uma linha nova de raciocínio, vale ao menos indicar, a título de fechamento, que o ocaso iminente da economia carbonífera é claramente um vetor adicional de tensões geopolíticas que se junta a tantos outros de origem climática. Como escreve Guimarães Rosa, o sapo pula por “percisão”. Não é razoável esperar que, encurralado e disposto de incontáveis meios econômicos, políticos e militares, o capital fóssil se deite para aguardar pacificamente sua hora final.



* É professor associado da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF.

1 Cf.: <https://ourworldindata.org/grapher/renewable-energy-consumption?time=1965..latest>

2 *Ibidem*.

3 Cf.: <https://ourworldindata.org/grapher/fossil-fuel-consumption-by-type?stackMode=relative>

4 Jean-Baptiste Fressoz (2025). *More and more and more: an all-consuming history*. Londres: Penguin Books.

5 Redução mais significativa registrada nos últimos 30 anos, ocorrida no primeiro ano da pandemia de Covid-19.

6 *Ibidem*.

7 Cf.: <https://ourworldindata.org/grapher/fossil-fuel-consumption-by-type>.

8 Cf.: https://ourworldindata.org/grapher/per-capita-co2-by-source?country=~OWID_WRL

9 As grandezas das reduções são tão extraordinárias que mesmo reduções expressivas de intensidade de emissões não seriam capazes de evitar a necessidade de contração da escala de uso do combustível.

10 Tal descarbonização só se tornaria exequível a partir de um processo de ruptura com a sociedade capitalista. Dado o limite de espaço, uma demonstração desse ponto é impossível. Para um desenvolvimento adequado do argumento, cf.: Eduardo Sá Barreto (2018). *O capital na estufa*. Rio de Janeiro: Consequência.

11 IPCC (2023). *AR6 synthesis report: climate change 2023*. Genebra: IPCC.

12 Cf.: <https://ourworldindata.org/greenhouse-gas-emissions>.





Venezuela, invasão, petróleo e dólar

Gilberto Maringoni*

■ A invasão da Venezuela e o sequestro do presidente Nicolás Maduro, em 3 de janeiro de 2026, ainda formam um quebra-cabeças para o qual faltam peças essenciais para seu pleno entendimento. Até aqui não se sabe em detalhes o que ocorreu naquela madrugada, no forte Tiúna. A guarnição é quase uma cidade dentro de Caracas. Situada em seu setor sudoeste, lá estão abrigados quase 20 mil militares, o comando do Exército, a Academia Militar, moradias, divisões blindadas, heliporto, base aérea, clube etc. É difícil entender as razões pelas quais foram evitados enfrentamentos de monta, numa ação na qual foram mortas quase uma centena de pessoas, todas do lado venezuelano.

Horas depois, Maduro e sua esposa Cílija Flores, deputada na Assembleia Nacional, seriam jogados numa prisão em Nova York. A alegação: envolvimento com um cartel do narcotráfico, acusação até agora não provada. A vice-presidenta Delcy Rodrigues seria empossada como titular na mesma tarde. Os acontecimentos se sucederam em ritmo vertiginoso, a partir daí.

Quatro dias depois, o secretário de Energia dos Estados Unidos, Chris Wright, afirmou que os Estados Unidos pretendem controlar a indústria petrolífera da Venezuela¹, incluindo sua comercialização. Isso implica que a receita da venda do óleo sequer passe pelos cofres da Venezuela. Do ponto de vista jurídico e político, há forte controvérsia. Washington argumenta que os recursos estão sendo administrados “em benefício do povo venezuelano”, segundo palavras de Donald Trump². De outra parte, lideranças e analistas venezuelanos veem a situação sob outro prisma. É o caso de Elias Jaua – ex-vice presidente de Hugo Chávez (2010-12) –, que classifica a iniciativa como “tutela coercitiva e administração neocolonial de um governo sobre outro”³.

A nova lei do petróleo

Em 15 de janeiro, Delcy Rodríguez propôs reformar a Lei de Hidrocarbonetos para atrair investimentos estrangeiros. Aqui, vale um pequeno parêntesis histórico.

A produção petroleira da Venezuela, que teve seu pico de 3,233 milhões de barris/dia em outubro de 2006⁴, segundo a Opep, caiu em 70% duas décadas depois, alcançando pouco mais de 900 mil barris/dia em fevereiro de 2024, de acordo com o *American Petroleum Institute*⁵. O mercado global passou por fortes oscilações em duas décadas.

A partir do final do primeiro semestre de 2014, começa a haver um excesso de oferta de petróleo no mercado internacional, graças à expansão da extração de xisto nos Estados Unidos e à redução unilateral de preços por parte da Arábia Saudita (que tem seus custos de extração entre os mais baixos do mundo). As iniciativas combinavam-se com um momento de desaceleração econômica global e queda das aquisições por parte da China, o que implicou rápido encolhimento da demanda. Os preços desabaram nos dois anos seguintes. O Brent – de menor custo de refino – caiu de US\$ 123 em abril de 2012 para US\$ 30,75 o barril em janeiro de 2016, segundo a Opep⁶. O jornal *Valor Econômico* de 23/12/2014 informava o seguinte⁷:

Os países mais afetados, como Irã, Rússia e Venezuela, suspeitam que a queda foi um esforço coordenado entre os sauditas e o seu aliado de longa data, os EUA, para enfraquecer a economia e a posição geopolítica de seus inimigos.

A Venezuela, com uma economia primarizada, atacada por bloqueios e sanções estadunidenses, com a estatal de petróleo (PDVSA) sucateada por falta de investimentos, abalada pela pandemia e carente de investimentos, viu seu PIB recuar 60% entre 2014 e 2024⁸. Sem alternativas, o go-



verno Maduro decidiu abrir a exploração de petróleo para o capital internacional. Isso se deu através de duas mudanças realizadas em 2016 e 2018 na legislação aprovada por Hugo Chávez há vinte anos⁹. De acordo com Emiliano Mantovani, do Observatório de Ecologia Política da Venezuela, tais medidas permitiram à gigante estadunidense Chevron (antiga Standard Oil) retomar suas operações na Venezuela, iniciadas há um século. Fecha parêntesis.

No dia 29 de janeiro, pouco mais de três semanas após a invasão, a nova lei foi aprovada por unanimidade¹⁰ pela Assembleia Nacional. Embora a legislação de 2006¹¹ não impedisse a participação do capital privado, eram apresentadas várias salvaguardas para assegurar o controle do Estado na cadeia produtiva, como estabelecido em seu artigo 9:

As atividades relacionadas com a exploração de jazidas de hidrocarbonetos (...), com a sua extração no estado natural, bem como seu recolhimento, transporte e armazenamento iniciais (...) são reservadas ao Estado nos termos estabelecidos na presente Lei.

O artigo segue em vigor na nova lei. Mas há um acréscimo que conflita com o trecho anterior¹²:

As atividades principais indicadas (...) serão realizadas (...) por empresas privadas domiciliadas na República Bolivariana da Venezuela, no âmbito de contratos celebrados com empresas de propriedade exclusiva da República ou suas filiais.

Francisco Monaldi, diretor do programa de energia para a América Latina do Instituto Baker da Universidade Rice (Houston)¹³, citado pela BBC, assim definiu a mudança:

Hoje, o modelo de soberania petrolífera de Chávez foi enterrado. O setor privado pode produzir e exportar petróleo bruto. A participação do Estado pode ser reduzida a níveis mínimos. (...) É o fim da revolução.

Apesar das mudanças, o governo tenta impor rigidez no cumprimento dos contratos, para não perder o controle, especialmente da comercialização¹⁴.



Razões do ataque

Qual o motivo central do ataque imperial à Venezuela? O primeiro impulso de articulistas de mídia foi que o objetivo era tomar o petróleo. Apesar do país deter as maiores reservas mundiais conhecidas¹⁵, os Estados Unidos são os principais produtores, respondendo por 18,4% do total global, o que os coloca à frente da Arábia Saudita (12%) e da Rússia (11,8%)¹⁶. O país caribenho está em 21º lugar na fila, exibindo a modesta porcentagem de 1,11% do volume geral. Mesmo assim, as gigantes do petróleo estadunidenses relutam em investir no país sem garantias da Casa Branca, dados os riscos políticos atuais¹⁷.

Embora o petróleo genericamente seja o principal foco da Casa Branca, seu interesse maior parece estar na destinação e na comercialização e não na posse do produto. As grandes questões estão no fato de parcela expressiva das reservas estar comprometida com a amortização de dívidas com a China e no fato da Venezuela ter deixado de comercializar a maior parte de sua produção em dólar.

Existe um impulso internacional crescente e defensivo de desdolarização na economia mundial, após a crise de 2008. Este tem

ganhado tração com o surgimento do Brics (2009), com o dinamismo da economia chinesa, com a guerra na Ucrânia (2022), com a reação às sanções contra a Rússia, os ataques de Estados Unidos/Israel contra o Irã e com o abandono da moeda estadunidense em segmentos do comércio de petróleo.

A imposição do dólar como unidade monetária internacional na conferência de Bretton Woods, em julho de 1944, foi fundamental para que os Estados Unidos alcançassem a hegemonia no pós-Guerra. Ela é indissociável da situação na qual o país emerge do conflito, de seu dinamismo econômico e de sua liderança moral sobre o Ocidente e se materializa na construção da ONU, em 1945, como expressão da unilateralidade projetada pelo governo Roosevelt para o desenho da nova geopolítica mundial.

Quase três décadas mais tarde, após a quebra unilateral dos acordos de Bretton Woods, com o abandono do padrão ouro-dólar pelo governo Nixon (1971), a política monetária do Império provocou sérias turbulências na economia global. Uma de suas medidas mais ousadas foi estabelecer, a partir de 1974, um acordo com a Arábia Saudita, logo estendido a outros países, vinculando o uso exclusivo do dólar no comércio de



petróleo. O advento do petrodólar deu garantias ao Federal Reserve de que sua moeda se consolidaria ainda mais como reserva global, como relata William Clark em *Petro-dollar Warfare* (2005). A partir daí, em termos monetário-financeiros, petróleo e dólar passaram a ser sucedâneos um do outro: petróleo é dólar e dólar é petróleo.

A violenta defesa do petrodólar

Em julho de 2014, em meio à maior crise econômica vivida pela Venezuela em mais de meio século, o presidente Xi Jinping visita Caracas, com uma comitiva de uma centena de empresários. A China já era a segunda parceira comercial do país e em pouco tempo ultrapassaria os EUA. Na visita, são firmados 38 acordos de cooperação nas áreas de energia, finanças, construção de infraestrutura, mineração, agricultura e tecnologia avançada. O *El País* – em reportagem intitulada *A China fecha uma aliança estratégica com a Venezuela*¹⁸, informa:

A China desembolsou uma parcela de quatro bilhões de dólares em empréstimos que serão liquidados com embarques de 100 mil barris [de petróleo] por dia. A potência emergente do século XXI contribuiu com mais um bilhão de dólares para que a petrolífera estatal PDVSA adquira insumos industriais de fornecedores chineses.

Detalhe: desde 2009, acordos e empréstimos entre os dois países são realizados em moeda chinesa, com prazos de pagamentos acima de uma década. “Até 2015, a Venezuela possuía o maior empréstimo denominado em renminbis fora da esfera de influência geopolítica chinesa”, escreve Beatriz de Jesus Andrade Rosa em sua dissertação *Relações sino-venezuelanas no século XXI: uma análise a partir da geoconomia*¹⁹, apresentada em 2024 ao Instituto de Economia da UFRJ. O montante recebido pela Venezuela ao longo de quase uma década representa 49% do total de empréstimos concedidos por Pequim na região. Os financiamentos no setor do petróleo correspondem a cerca de US\$ 50 bilhões. A drástica queda da produção fez com que, em 2022, a Venezuela representasse ape-

nas 3% das importações de petróleo da China. Sucessivos atrasos na amortização dos pagamentos levaram à suspensão dos empréstimos, em 2016. No entanto, os contratos seguem vigorando, com sucessivas reestruturações. A invasão estadunidense acarreta enorme incerteza para a continuidade dos pagamentos.

Em 5 de fevereiro último, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos emitiu um regulamento²⁰, no âmbito de sua política de sanções, definindo “determinadas atividades relacionadas com petróleo de origem venezuelana”. A direttriz estabelece que “as leis dos Estados Unidos ou de qualquer jurisdição dentro dos Estados Unidos regem o contrato [de comercialização] e que qualquer resolução de litígios ao abrigo do contrato ocorra nos Estados Unidos”. Num rasgo de violência colonial, o documento acrescenta: “A presente licença geral não autoriza (...) qualquer transação que envolva (...) a Federação Russa, a República Islâmica do Irã, a República Popular Democrática da Coreia, a República de Cuba (...) e a República Popular da China”. Desnecessário dizer que as transações sob o tacão da Casa Branca voltam a ser feitas em dólar.

A disputa pela manutenção da exclusividade do petrodólar no mercado internacional tem enorme peso nas sanções e ataques a países que ousam questionar a supremacia imperial.

Em 31 de janeiro de 2025, onze dias após a posse, Donald Trump postou o seguinte na rede X: “Vamos exigir um compromisso desses países, que aparentam ser meio hostis, de que eles não vão criar uma nova moeda Brics, nem vão apoiar o uso de nenhuma outra moeda para substituir o poderoso dólar americano”. A ameaça segue valendo. É preciso ressaltar que os cinco países para os quais Washington proíbe a venda de petróleo venezuelano se caracterizam, entre outras coisas, por terem abolido o petrodólar. A defesa da moeda – peça chave para a hegemonia global – é feita com brutalidade crescente. Trump não é um acidente de percurso, mas a necessidade vital de uma potência decadente. Elias Jaua, mencionado no início, sentencia: “O

que o governo dos EUA está fazendo com a Venezuela é um ato de agressão gravíssimo e está fora dos limites de qualquer estrutura de direito internacional”.

* É professor de Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC.

- 1 <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2gmzl0g4ko>
- 2 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/01/trump-diz-que-venezuela-entregara-de-30-a-50-milhoes-de-barris-de-petroleo-aos-eua.shtml>
- 3 <https://jacobin.com.br/2026/06/a-venezuela-precisa-de-uma-nova-luta-de-libertacao/>
- 4 <https://www.opec.org/assets/assetdb/asb-2024.pdf>
- 5 <https://www.api.org/energy-insights/charts-analysis/venezuela-production-has-fallen-70-percent>
- 6 <https://www.opec.org/assets/assetdb/momr-february-2016.pdf>
- 7 <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2014/12/23/queda-do-petroleo-e-uma-nova-reacao-saudita-aos-eua.ghtml>
- 8 <https://www.poder360.com.br/poder-economia/sob-maduro-pib-da-venezuela-encolhe-625-em-10-anos/>
- 9 <https://ecopoliticavenezuela.org/analisis-integrado-de-la-reforma-a-la-ley-de-hidrocarburos-en-venezuela-tendencias-significados-e-implicaciones/>
- 10 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2026-01/venezuela-aprova-reforma-da-lei-dos-hidrocarbonetos>
- 11 <https://www.minhidrocarburos.gob.ve/wp-content/documentos/leyes/leydehidrocarburos.pdf>
- 12 <http://www.gacetaoficial.gob.ve/storage/2026/6978-2026-01-29-EXTRAORDINARIA.pdf>
- 13 <https://www.bbc.com/mundo/articles/cg7y4kznyppo>
- 14 <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/venezuela-propoe-modelo-rigido-de-contrato-a-petroleiras-estrangeiras/>
- 15 De acordo com o Boletim Anual de Estatísticas para 2025 da Opec (<https://www.opec.org/assets/assetdb/asb-2025.pdf>, p. 24), a Venezuela possui 303 bilhões de barris no subsolo, seguida pela Arábia Saudita (267 bilhões) e pelo Irã (208 bilhões).
- 16 <https://www.iea.org/world/oil>
- 17 <https://www.dw.com/pt-br/exxonmobil-diz-que-hoje-%C3%A9-imposs%C3%ADvel-investir-na-venezuela/a-75460468>
- 18 https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/21/internacional/1405973469_339054.html
- 19 https://www.ie.ufjf.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2024/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PEPI%20Beatriz%20Rosa_FINAL.pdf
- 20 <https://ofac.treasury.gov/media/934886/download?inline>

Marcela Soares assina o 21º artigo da série de textos intitulada “Atualizando o debate sobre dependência econômica”. Há uma forte tradição de debates no pensamento econômico brasileiro sobre o grau de dependência econômica do Brasil e os impactos e limitações que essa dependência nos impõe. Com o intuito de levar aos economistas as mais recentes contribuições à evolução deste debate, tão profícuo para a compreensão da realidade do Brasil, o Corecon-RJ publica essa série, que oferece distintas perspectivas e aborda aspectos diversos relacionados à dependência econômica e suas mazelas na atualidade.



Alguns apontamentos sobre as opressões e a superexploração da força de trabalho brasileira

Marcela Soares*

■ A questão laboral e do desenvolvimento no Brasil sempre foi um campo de batalha político-intelectual, palco de debates controversos no pensamento social do país. Das mais diversas matrizes teóricas, emergiram diagnósticos e propostas para a “superação do arcaico” e alcançar um desenvolvimento hoje pautado como “verde e sustentável”.

Nas últimas décadas, as reestruturações produtivas deslocaram parcialmente o foco analítico da exploração do mais-valor para “questões identitárias”, muitas vezes relegando ao segundo plano (ou a nenhum!) a totalidade da sociabilidade burguesa e questionando a centralidade do trabalho. Abordagens que desconsideram que a estrutura social capitalista depende da dominação e da alienação para assegurar a exploração da força de trabalho, elemento central de sua manutenção e o trabalho como fundante do ser social. Embora opressão e exploração sejam dimensões mutuamente constitutivas e inseparáveis, a racionalidade hegemônica opera por meio de falsas dicotomias, obscurecendo, por sua vez, a relação essencial entre reprodução da vida e produção de riqueza – um processo integrado perpassado pela lei do valor.¹ Tal deslocamento analítico contrasta radicalmente com a tradição crítica que, em contextos históricos concretos,

soube apreender a realidade em movimento.

Emblemático dessa apreensão foi o trabalho desenvolvido, durante a ditadura empresarial-militar latino-americana, por intelectuais como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra - ao experimentar em carne própria a violência do Estado de contrainsurgência, a serviço das burguesias local e internacional - ancorados com a crítica da economia política, puderam desvendar o *modus operandi* das leis tendenciais do capitalismo dependente brasileiro.

Aquilo que poderia ser lido como um “atraso”, na verdade, representa o desenvolvimento nada linear e destoante dos modelos preconizados de progresso do capitalismo, todavia refletem o desenvolvimento desigual do próprio sistema. A civilização burguesa brasileira apresenta o tom vívido da violência capitalista, não apenas da pilhagem dos meios de vida e da expropriação do trabalho não pago ao longo da jornada laboral. Mas também, porque na sua essência constitutiva usurpa parte do fundo de consumo, do fundo de vida e esvazia a humanidade das classes trabalhadoras, transformando corpos em mercadorias descartáveis.

A regionalização, a racialização e a generalização da força de trabalho não são meros acidentes históricos, mas alicerces da acumulação capitalista, fruto da divisão social, regional e internacional do trabalho. Nas



especificidades da dependência econômica brasileira, carregam a herança de um hibridismo perverso: o salário que coexiste com a explícita coerção psicológica e física, em que o/a trabalhador/a carrega as marcas do cativo. E no centro desse labirinto: o valor da força de trabalho negra segue sendo, por projeto, rebaixado.

Sob a óptica de que o capitalismo é uma totalidade que pulsa contradições, articulando relações de exploração, dominação e alienação, enquanto elementos constitutivos da opressão-exploração capitalista, devemos apreender as suas particularidades no Brasil. Nítidas na truculência extrema frente ao dissenso e na subalternização racializada



dos corpos negros e indígenas, principalmente das mulheres, em condições laborais e de vida altamente degradantes. São vidas confinadas ao limiar do humano: jornadas que se esticam no fio da navalha e salários que não garantem a reprodução social da vida.

Os elementos histórico-estruturais que engendraram a modernização burguesa no Brasil – e, com ela, a formação de um “mercado de trabalho” nasceu amarrado às heranças da escravização. Um desses elementos, – como demonstra Clóvis Moura (2020) – foi a criação de uma superpopulação relativa negra, tratada como de “segunda categoria”. Quando admitidos/as no mercado, seus salários eram sistematicamente deprimidos. Ironia cruel: foi justamente no auge da modernização capitalista, sob o discurso do assalariamento “civilizado”, que o Estado abraçou políticas eugenistas, incentivando levas de imigrantes europeus enquanto relegava a força de trabalho negra a uma condição de semi-escravidão.

O resultado foi um abismo deliberado: de um lado, o trabalhador branco, visto como agente do progresso; de outro, o/a negro/a, condenado/a aos porões do mercado ou ao quartinho de empregada. Essa fratura não é passado – ecoa hoje na escravização contemporânea, analisada por teóricos/as e tipificada em lei.² Longe de ser resquício “arcaico”, ela é a face mais crua da superexploração: um regime híbrido que se constitui pela opressão étnico-racial, de gênero/sexo e pela expropriação econômica. E são os/as trabalhadores/as dos canaviais, da cafeicultura, dos garimpos, das oficinas de costura, do *delivery*, dos supermercados (em jornadas 6x1), do trabalho doméstico, que carregam, explicitamente, esse fardo.

Os estudos de Marini (2025) revelam que a superexploração da força de trabalho constitui um mecanismo sistemático e particular nas economias capitalistas dependentes como o Brasil, decorrente de sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, as burguesias locais recorrem à intensificação da exploração para compensar as transferências de valor como intercâmbio desigual com o centro do sistema ou com empresas monopolistas no país. Empresas não monopolistas, incapazes de competir via ganhos de produtividade, elevam a taxa de mais-valor através

do prolongamento da jornada, da redução salarial e do aumento da intensidade do trabalho – sem que ocorra correspondente redução no valor da força de trabalho.

Embora a superexploração seja inicialmente estratégia de capitais menos competitivos, acaba beneficiando os monopólios através da redução geral dos custos salariais, criando um ciclo vicioso de compressão da massa salarial. As consequências são multifacetadas: erosão do poder de consumo (com salários sistematicamente abaixo do valor histórico-moral da força de trabalho), efeito depressivo sobre os salários da força de trabalho qualificada e crescente desvinculação entre a estrutura produtiva e as necessidades básicas dos/as trabalhadores/as. Dano ampliado pelas históricas hierarquias e expropriações, que se estabeleceram no bojo ideo-político e objetivo da divisão social do trabalho: a regionalização, a racialização e generificação com a subalternização da força de trabalho nordestina, negra e feminina.

O ciclo do capital nas economias dependentes apresenta características fundamentais: a hegemonia do capital estrangeiro na primeira fase da circulação, tanto sob a forma dinheiro como sob a de mercadoria, as transferências de mais-valor (visíveis na segunda fase da circulação), e um padrão de acumulação baseado na superexploração. Significa a integração dos sistemas de produção brasileiro ao sistema imperialista mediante os investimentos diretos de capital estrangeiro, a subordinação tecnológica e a penetração financeira. Essa combinação gera uma monopolização precoce, severas distorções nas esferas produtivas, deformação da estrutura da renda interna, orientação preferencial para a produção de bens suntuários e dependência crônica do mercado externo. A superexploração revela-se, portanto, não como algo superável, mas como elemento constitutivo do capitalismo dependente.

Garantindo concretude à algumas das abstrações teóricas supracitadas, apresento alguns dados do agronegócio brasileiro, que podem elucidar as cisões nas fases do ciclo do capital, assim como as transferências de valor como intercâmbio desigual. E as consequências para as classes trabalhadoras brasileiras são a superexploração: de um lado a insegurança alimentar; de outro, as condições labo-

rais precárias ou até mesmo a escravização.

Podemos dar o exemplo, no domínio de grandes corporações (Cargill, Bunge e ADM), que controlam o preço da soja no mercado internacional, impondo condições desiguais aos produtores. Estes, por sua vez, enfrentam custos elevados de produção, endividamento crescente e dependência tecnológica: sementes transgênicas e agrotóxicos são fornecidos por oligopólios como Bayer-Monsanto, Syngenta e Basf, que detêm 80% do mercado, além da importação de maquinário agrícola. Enquanto os preços dos insumos sobem acima da inflação, a cotação das *commodities* oscila conforme a especulação financeira global.

Pressionado pelos custos e sem poder repassá-los ao preço final, o produtor busca uma compensação: terceirizar a contratação, reduzir salários, prolongar jornadas e precarizar condições, que se tornam mecanismos essenciais para manter margens de lucro – uma dinâmica que transforma a superexploração em lei econômica estrutural das economias dependentes.

Informações do CEPEA/CNA (2025)³ revelam que o PIB agropecuário, em 2024, correspondeu a 6,5% do total nacional, e o setor responde por apenas 8% das ocupações formais no país. A diferença salarial é evidente quando comparada a outros setores econômicos no âmbito urbano: no primeiro trimestre de 2025, o rendimento médio dos/as trabalhadores/as rurais foi de R\$2.673, abaixo da média nacional de R\$3.207. Entre os/as autônomos/as, a diferença é R\$2.271 contra R\$2.805, reforçando a precariedade no campo.

Esses valores contrastam drasticamente com o salário mínimo necessário⁴ calculado pelo DIEESE (março/2025): R\$7.398,94 para sustentar uma família de quatro pessoas – quase três vezes acima da remuneração média no campo. A desigualdade, no entanto, atinge níveis ainda mais críticos quando analisamos os casos de escravização contemporânea.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, com base na Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE, as atividades rurais lideraram o *ranking* de resgates de escravização, em 2024: construção civil (293 casos), cultivo de café (214), cebola (194), preparo de terreno (120), horticultura (84) e traba-



lho doméstico (19). Como principal *commodity* histórica do país, entre 1995 e 2023, a cafeicultura respondeu por 10% dos casos de resgatados. O perfil predominante dos trabalhadores revela: homens negros com baixa escolaridade, nordestinos, submetidos a jornadas excedendo 12 horas diárias e privados de condições dignas de sobrevivência.

Em 2024, três cafeicultores foram autuados por submeter 23 trabalhadores à escravização em Minas Gerais. Entre os fazendeiros flagrados, dois são cooperados da Cooxupé (Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé), a maior cooperativa de café do mundo e responsável por 10% das exportações brasileiras do grão.

Ainda mais grave é constatar que essas violações ocorrem mesmo em cadeias supostamente certificadas. Em 2023, fornecedores da Starbucks – detentores do selo internacional CAFE (*Coffee and Farmer Equity*) – foram flagrados com casos de trabalho escravizado e infantil. As autuações incluíam descontos ilegais em salários, ausência de equipamentos de proteção e negação de condições básicas como água potável durante a colheita. Esses casos expõem a desconexão entre os discursos de “responsabilidade social corporativa” e a realidade da produção agrícola no país.

Na soja – *commodity* símbolo do agronegócio –, dois episódios emblemáticos ocorreram em 2023: no Tocantins, sete trabalhadores foram resgatados durante o preparo do solo com maquinário; em Gilbués (PI), treze pessoas realizavam serviços manuais de limpeza de terrenos em condições degradantes. Em 20 anos de divulgação da Lista Suja:⁵ Mato Grosso, Paraná e Goiás (os três estados com maior produção de soja do país) tiveram 781 trabalhadores resgatados de fazendas da *commodity*.

Esses números evidenciam uma contradição estrutural: enquanto o setor responde por parte significativa das exportações, sua base produtiva se sustenta na combinação de relações “arcaicas” de trabalho: com salários insuficientes e, em casos extremos, violações graves de direitos humanos; com a alta tecnologia de drones semeadores ou pulverizadores de agrotóxicos. Com um papel destrutivo fundamental: além de contaminar ecossistemas e promover doenças em

animais e seres humanos, garante a expulsão de pequenos produtores familiares dos seus territórios para aumentar a fronteira agrícola da soja. Como denunciam agricultores em Açailândia e São Mateus, no Maranhão.⁶

Nesse sentido, o exame dos dados deve se amparar na apreensão das mencionadas leis tendenciais específicas da dependência, que podem explicar as condições laborais e de remuneração abaixo do valor histórico e moral dos/as trabalhadores/as brasileiros/as nessas fazendas, onde podem vivenciar jornadas exaustivas, degradância, servidão por dívida ou até mesmo o trabalho forçado.

A periferia capitalista é a engrenagem imprescindível para garantir o movimento do mercado mundial que, em seu cerne, a produção e reprodução das relações sociais envolve a negação sistemática daquilo que se conquistou de “dignidade” em constantes expropriações.

Nesse sentido, “do lado da reprodução da vida”, que o trabalho doméstico tem revelado a manutenção de uma opressão-superexploração do tipo truculenta: a mucama tornou-se trabalhadora doméstica e é aprisionada, desde a infância, para garantir a reprodução de uma família, que lhe impede o acesso a bens fundamentais e ao descanso com condições adequadas na interjornada.

Exemplos ilustram a gravidade da escravização no trabalho doméstico. Em 2024, uma idosa de 94 anos foi resgatada no Mato Grosso após 64 anos de trabalho não remunerado e sem acesso à educação, cuidando de uma patroa com Alzheimer de 90 anos. No ano anterior, uma trabalhadora doméstica negra de 90 anos foi libertada, no Rio de Janeiro, após cinco décadas de serviço à mesma família, dormindo em um sofá e sem condições dignas. Dados indicam que 80% das 75 mulheres resgatadas, entre 2017 e 2022, eram negras, muitas submetidas a jornadas exaustivas, restrições alimentares e proibição do uso de eletrodomésticos, violando direitos historicamente conquistados.

Essa condição laboral se conecta a uma realidade econômica mais ampla, na qual até produtos básicos, como o café, tornam-se inacessíveis. Tornou-se artigo de luxo devido ao seu preço elevado, levando muitos/as trabalhadores/as a optarem por alter-

nativas ultraprocessadas: “bebida sabor café tradicional”. Com um salário mínimo de R\$1.518,00 e uma cesta básica custando R\$847,99 (Rio de Janeiro, maio/2025), o consumo desses substitutos, somado à falta de descanso adequado, compromete o fundo de vida, impactando adversamente a saúde das classes trabalhadoras.

O Brasil, onde senzalas se converteram em “áreas de serviço” ou em cabanas insalubres nos latifúndios, que se legitimam pelo “progresso” do agronegócio, exemplificam uma economia dependente que revela sua essência interna: a agudização ao limite das contradições da opressão-superexploração do modo de produção capitalista.

* É professora associada do Departamento de Serviço Social de Niterói e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do GPTEC-NEPPDH/UFRJ, Niep-MARX/UFF, Nutss/UFF e do GPMT/Unicamp.

Referências

BHATTACHARYA, Tithi (org.). Teoria da reprodução social: Remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.
MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: CASTELO, Rodrigo; CORREA PRADO, Fernando (Orgs.). Ruy Mauro Marini. Dependência e revolução na América Latina: textos selecionados (1972-1994). São Paulo: Expressão Popular, 2025.
MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. 3. ed., São Paulo: Fundação Maurício Grabois-Anita Garibaldi, 2020.

1 Ver discussão em Bhattacharya (org.), 2023.

2 As tipificações da condição análoga à escravidão, adicionadas ao Artigo 149 do Código Penal Brasileiro pela Lei nº 10.803/2003 são: condições degradantes, jornada exaustiva, servidão por dívida e trabalho forçado.

3 Disponível em: <https://www.cepea.org.br/mercado-de-trabalho-do-agronegocio.aspx> Acesso em 08 jul. 2025.

4 Aqui poderíamos considerar o valor histórico e moral das classes trabalhadoras brasileiras.

5 Cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego, que escravizaram trabalhadores.

6 Freitas, Hélen. Drones respondem por 94% das contaminações por agrotóxicos no Maranhão, Repórter Brasil, 07 jan. 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/01/drones-contaminacoes-agrotoxicos-maranhao/>